



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL - PR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E
SEGURANÇA DA FAMÍLIA
SETOR DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL-PR

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEGURANÇA DA
FAMÍLIA

DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL DO **MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL**

LARANJEIRAS DO SUL
2025



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL - PR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E
SEGURANÇA DA FAMÍLIA
SETOR DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL-PR

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEGURANÇA DA FAMÍLIA

Jaison Mendes
Prefeito Municipal

Danielle Teles Gomes Mendes
Secretária Municipal de Assistência Social

ELABORAÇÃO:
Vandersom de Jesus Gomes Ferreira
Assistente Social – Vigilância Socioassistencial

1– Dados da Prefeitura Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL

RUA EXPEDICIONÁRIO JOÃO MARIA, 1020, CENTRO

CEP: 85 301-410 CNPJ: 76.205.970/0001-95

PREFEITO: **Jaison Mendes**

E-mail: cidadao@ls.pr.gov.br

Nível de Gestão do Município: Básica

Porte do Município: Pequeno Porte II

População da Cidade: 32.227

2 – Identificação do Gestor Municipal de Assistência Social.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEGURANÇA DA
FAMÍLIA

RUA JOSÉ CAMPIGOTO, SÃO FRANCISCO CEP:

SECRETÁRIA MUNICIPAL: **Danielle Teles Gomes Mendes**

Telefone: (42) 3635-8126 E-mail: asocial@ls.pr.gov.br

3 – Identificação do Serviço

SERVIÇO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL DE LARANJEIRAS
DO SUL – PR

Técnico Responsável: Vandersom de Jesus Gomes Ferreira - Assistente Social

Nilson Bronholo – Assistente Social

Local de Funcionamento: Órgão Gestor / Secretaria Municipal de Assistência Social

Horário de Funcionamento: 08:00 às 11:30 / 13:00 às 17:00

E-mail: smaslardosul@gmail.com

CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

A economia de Laranjeiras do Sul é diversificada, mas tem suas bases na agropecuária. A região é conhecida pela produção agrícola, com destaque para culturas como soja, milho, trigo, feijão e outras. Além disso, a pecuária também é importante, especialmente na criação de gado de corte e suínos.

Laranjeiras do Sul possui instituições de ensino em todos os níveis, desde a educação infantil até o ensino superior. A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) tem um campus na cidade, oferecendo cursos em diversas áreas do conhecimento.

Laranjeiras do Sul conta com uma infraestrutura básica bem desenvolvida, com serviços de saúde, educação, assistência social e outras necessidades básicas atendidas. A cidade também está conectada por rodovias importantes, facilitando o acesso a outras regiões do estado e do país.

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida composta que avalia o desenvolvimento humano em uma determinada região, levando em consideração três principais indicadores: saúde, educação e renda; outros fatores podem influenciar o IDH, como acesso a serviços básicos, infraestrutura, segurança, igualdade de gênero, entre outros. Laranjeiras do Sul possui Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), de 0,706, o que situa o município na faixa de desenvolvimento humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é longevidade, seguida de renda e de educação.

Segundo o Relatório de Programas e Ações do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, disponibilizado pela Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único – SAGICAD, nosso município é caracterizado como Pequeno Porte II, e segundo o Censo Demográfico IBGE – 2022, a população do município é de **32.227 habitantes**, destes, **81%** residem na **área urbana** e **19% na área rural**.

Os dados a seguir abrangem diversas dimensões da realidade socioterritorial do município, com base no "Caderno Estatístico Município de Laranjeiras do Sul" apresentamos alguns os indicadores da realidade social do município.

1. Demografia e Estrutura Populacional

População Total:

- Estimativa 2021: **32.167 habitantes.**
- Censitária 2022: **32.227 habitantes.**
- Densidade Demográfica (2022): **48,16 hab/km².**

Composição Etária e Sexo (2022):

- População até 14 anos: **6.702 pessoas** (aproximadamente 21% da população total).
- População entre (15 a 19 anos): **2.305 pessoas** (aprox. 7%)
- População adulta entre (20 a 59 anos): **17.969 pessoas** (aprox. 56%)
- População idosa (60 anos e mais): **5.251 pessoas** (aprox. 16%)
- Sexo: Ligeira predominância feminina, com **16.360 mulheres** e **15.867 homens.**

A divisão populacional ocorre sendo crianças/adolescentes chegando a quase 28% (até 19 anos), idosos acima de 60 anos idade produtiva e 11% idosos. Isso sugere uma estrutura demográfica favorável ao trabalho, mas com demandas crescentes por serviços para jovens (ex.: educação e prevenção de riscos) e idosos (ex.: saúde e assistência).

Urbanização (2010):

- População Urbana: **25.031 pessoas.**
- Grau de Urbanização: **81%.**
- População Rural: **5.746 pessoas.(19%)**

Laranjeiras do Sul tem uma população estável de cerca de 32.227 habitantes (2022), com densidade moderada (48,16 hab/km²). Há predominância urbana (81,33% em 2010).

Cor/Raça (2022):

- Branca: **21.250 pessoas.**
- Parda: **10.153 pessoas.**
- Preta: **670 pessoas.**
- Indígena: **110 pessoas.**
- Amarela: **44 pessoas.**

Referente a diversidade há predominância branca (66%) e parda (31%), com pessoas negras representando apenas 2%, com minorias indígenas e amarelas

Pessoas com Deficiência (2010):

Pelo menos uma das deficiências investigadas: **8.231 pessoas** (aproximadamente 26,7% da população em 2010).

- Visual: **6.668 pessoas.**
- Auditiva: **1.822 pessoas.**
- Física/Motora: **2.601 pessoas.**
- Mental ou Intelectual: **488 pessoas.**

Pessoas com deficiência representam 26,7% (2010), acima da média nacional (24% em 2010), destacando necessidades de inclusão e acessibilidade.

O êxodo rural correlaciona-se com vulnerabilidades econômicas na zona rural, potencializando migração para periferias urbanas com riscos de precariedade habitacional (ver seção E). Fatores protetivos incluem a baixa densidade, que facilita convivência comunitária, mas o alto índice de deficiências (especialmente visual: 6.668 pessoas) demanda rede assistencial adaptada.

2. Mercado de Trabalho:

- População Ocupada (2010): **14.768 pessoas.**
- População Ocupada por Atividade Econômica (2010): Agricultura (3.372), Comércio (2.553), Indústrias de Transformação (1.042), Administração Pública (722), Serviços Domésticos (1.215).
- Empregos (RAIS - 2022): **6.337 empregos em 919 estabelecimentos.** Os setores com mais empregos são Comércio (1.987), Serviços (1.572), Indústria de Transformação (1.076) e Administração Pública (977). A divergência de números de ocupação entre o Censo 2010 e a RAIS 2022 pode indicar mudanças metodológicas ou dinâmicas do mercado de trabalho.

3. Taxas de Saúde (2022):

- Taxa Bruta de Natalidade: **15,95 por mil habitantes.**
- Taxa de Mortalidade Infantil: **7,78 por mil nascidos vivos.**
- Taxa de Mortalidade em menores de 5 anos: **9,73 por mil nascidos vivos.**
- Taxa de Mortalidade Geral: **8,75 por mil habitantes.**

IDHM Longevidade (2010):

- **0,835** (Esperança de vida ao nascer de 75,11 anos).

Nascimentos e Óbitos (2022):

- Total de Nascidos Vivos: **514.**
- **2 nascidos vivos de mães na faixa etária de 10 a 14 anos e 67 de mães de 15 a 19 anos.** Isso indica um desafio social relacionado à gravidez na adolescência e infância, demandando ações específicas da assistência social.
- Total de Óbitos: **282.**
- Óbitos em menores de 1 ano: **4.**

- Óbitos em menores de 5 anos: **5**.
- Óbitos Maternos: **0** (para 2022).

4. Educação

Estrutura da Educação Básica (2023):

- Total de Matrículas: **7.673**.
- Total de Docentes: **544**.
- Total de Estabelecimentos: **38**.

Destaque para a educação infantil municipal (1.714 matrículas) e ensino fundamental municipal (2.237 matrículas).

Educação Superior (2022):

- Matrículas Presenciais: **836**.
- Matrículas a Distância: **1.462**.

Qualidade e Desempenho:

➤ **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB - 2021):**

- 1) Fundamental Anos Iniciais (Rede Pública): **5,8** (Meta 5,9).
- 2) Fundamental Anos Finais (Estadual): **5,4** (Meta 5,7).
- 3) Ensino Médio (Estadual): **5,3** (Meta 4,6).

- **Taxa de Alfabetização (2022): 94,60%** para pessoas com 15 anos ou mais.

➤ **Taxa de Distorção Idade-Série (2023):**

É um indicador que mede a proporção de alunos que têm dois ou mais anos de atraso escolar em relação à idade esperada para a série que cursam.

- 1) Ensino Fundamental: **15,1%**.
- 2) Ensino Médio: **17,1%**.

5. Segurança Pública

Crimes (2023):

- Crimes de Ameaça: **402.**
- Crimes de Estelionato: **280.**
- Crimes de Furto: **351.**
- Crimes de Lesão Corporal: **290.**
- Crimes de Roubo: **28.**
- Ocorrências envolvendo tráfico de drogas: **38.**
- Ocorrências envolvendo uso/consumo de drogas: **25.**

Violência (2023):

- **Violência contra a mulher: 841 ocorrências.**
- Violência Doméstica: **407 ocorrências.**
- Violência Doméstica contra a mulher: **359 ocorrências.**
- Violência Sexual: **54 ocorrências.**

Os altos números de violência contra a mulher e violência doméstica, indicados no caderno municipal do IPARDE, são um indicador crítico de vulnerabilidade social e demandam atenção prioritária dos serviços de assistência.

6. Finanças Públicas

Receitas e Despesas (2022):

- Receitas Totais: **R\$ 194.199.911,51.**
- Despesas Totais: **R\$ 198.180.560,01.**

Despesas por Função (2022):

- Despesa com Assistência Social: **R\$ 4.844.869,47.**
- Educação (**R\$ 40.679.131,96**),
- Saúde (**R\$ 28.172.443,25**),
- Urbanismo (**R\$ 55.891.894,19**),
- Previdência Social (**R\$ 13.361.385,66**).

Baixo investimento em assistência (2,4% das despesas).

7. Análise Socioeconômica

O panorama de Laranjeiras do Sul, a partir dos indicadores do Caderno IPARDES, revela que o município possui um alto grau de urbanização (81,33%), acompanhado de um processo de êxodo rural (crescimento populacional urbano e decréscimo rural em 2010). Essa dinâmica pode gerar demandas específicas nos centros urbanos, como a necessidade de moradia, serviços públicos e infraestrutura para uma população crescente e muitas vezes em situação de vulnerabilidade.

Economicamente, o município possui uma base agropecuária robusta, evidenciada pelo alto valor da produção em 2022 (quase R\$ 570 milhões), mas também um setor de comércio e serviços expressivo. No entanto, a ALTA DESIGUALDADE NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA (Índice de Gini de 0,5462 em 2010) sugere que o crescimento econômico pode não estar beneficiando a todos equitativamente, o que reforça a necessidade de programas de assistência social para mitigar as disparidades e promover a inclusão. O desempenho "médio baixo" no IPDM de Renda, emprego e produção agropecuária (0,4768 em 2021) pode indicar desafios na tradução da força produtiva em bem-estar geral da população. O IPDM é um índice que mede o desempenho dos 399 municípios do Estado do Paraná, considerando três dimensões: renda, emprego e produção agropecuária; saúde e educação. Sua elaboração se baseia em diferentes estatísticas de natureza administrativa, disponibilizadas por entidades públicas.

A EDUCAÇÃO em Laranjeiras do Sul mostra um quadro de progresso significativo, com o IPDM Educação alcançando "alto desempenho" (0,8894 em 2021) e altas taxas de alfabetização (94,60% para maiores de 15 anos em 2022). Contudo, a taxa de distorção idade-série (15,1% no fundamental e 17,1% no médio em 2023) permanece como um desafio, indicando que uma parcela de alunos está atrasada em relação à série esperada para sua idade. Isso pode estar ligado a vulnerabilidades sociais que exigem suporte. A distorção idade-série no Brasil registou uma queda significativa entre 2018 e 2023, passando de 19,7% para

13,3% em todo o ensino básico, onde laranjeiras do Sul se mostra acima da média nacional com a necessidade de mais intervenção para reduzir essa taxa.

NA SAÚDE, o município demonstra um alto desempenho pelo IPDM Saúde (0,8884 em 2021) e taxas de mortalidade infantil e em menores de 5 anos relativamente baixas (7,78 e 9,73 por mil nascidos vivos em 2022, respectivamente). A ausência de óbitos maternos em 2022 também é um ponto positivo. Entretanto, a ocorrência de nascimentos de mães muito jovens (2 de 10-14 anos e 67 de 15-19 anos em 2022) aponta para uma vulnerabilidade social que requer intervenção por meio de programas de apoio a adolescentes e jovens mães, visando à prevenção e ao acompanhamento integral.

A INFRAESTRUTURA HABITACIONAL possui boa cobertura de abastecimento de água e esgotamento sanitário dentro dos domicílios. Contudo, o baixo percentual de domicílios conectados à rede pública de esgoto (menos da metade dos domicílios ocupados em 2022) é uma preocupação, pois a falta de saneamento adequado impacta diretamente a saúde pública e a qualidade de vida, especialmente das famílias mais vulneráveis, o que está relacionado também ao grande número de ocupações irregulares no município. A questão da coleta de lixo também possui uma lacuna de cerca de 11,4% dos domicílios.

Existe também um número elevado de pessoas com deficiência (8.231) que representa um grupo de alta demanda por políticas de inclusão e acessibilidade principalmente para pessoas com deficiência visual que corresponde a 81 % do total. Adicionalmente, os dados de segurança revelam uma grave questão de violência contra a mulher e violência doméstica (841 e 407 ocorrências, respectivamente, em 2023), exigindo uma resposta coordenada entre os serviços de segurança e as políticas de assistência social para proteção das vítimas e prevenção de novos casos.

A dotação orçamentária para a assistência social foi de R\$ 4,8 milhões em 2022, além de ser um orçamento bem inferior às demais políticas públicas como saúde e educação, a análise das finanças públicas revela uma dependência significativa de transferências da União e do Estado. Isso implica que o

planejamento da assistência social deve considerar a sustentabilidade dos programas e a busca por fontes de financiamento diversificadas, além da otimização dos recursos existentes para atender às múltiplas vulnerabilidades identificadas.

Em síntese, Laranjeiras do Sul apresenta um desenvolvimento geral considerado "alto" pelo IDHM de 2010 (0,706) e "médio" pelo IPDM de 2021 (0,7515). No entanto, a alta desigualdade de renda, o êxodo rural, as taxas de distorção idade-série, a gravidez na adolescência, precariedade habitacional a baixa cobertura de esgoto e os preocupantes índices de violência contra a mulher e doméstica, em conjunto com a grande proporção de pessoas com deficiência, indicam desafios sociais complexos que precisam ser prioritários pelo Plano Municipal de Assistência Social.

**ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEGURANÇA DA FAMÍLIA DE LARANJEIRAS
DO SUL**

1. Estrutura Organizacional

A Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS, é responsável pela gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS em Laranjeiras do Sul e estão sob sua administração os seguintes órgãos:

- I – **CRAS** – Centro de Referência de Assistência Social
- II – **CREAS** – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
- III – **Centro da Juventude**
- IV – **Conselhos de Direitos:**
 - **CMAS** – Conselho Municipal de Assistência Social
 - **CMDCA** – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
 - **CMDPI** – Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa
 - **COMPED** – Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência
 - **CMDM** – Conselho Municipal dos Direitos da Mulher
 - **CMJ** – Conselho Municipal da Juventude
 - **COMSEA** – Conselho Municipal de Segurança Alimentar

Já a estrutura dos cargos de direção na Secretaria Municipal de Assistência Social ocorre de acordo com a Lei Municipal nº 024/2025.

- I - Secretário Municipal de Assistência Social e Segurança Da Família
- II - Diretor do Departamento de S
- III - Diretor do Departamento dos Clubes De Mães
- IV - Diretor do Departamento dos Programas Sociais
- V - Diretor do Departamento dos Direitos Da Mulher
- VI - Diretor do Departamento de Oficinas Socioeducativas

A Secretaria de Assistência Social mantém parcerias com diversas Organizações da Sociedade Civil – OSC, conveniadas ou não ao SUAS, dentre elas:

- I – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)
- II – Escola Vicentina Santana – (mantenedora do Centro de Meninas e Meninos Integrados na Comunidade - CEMMIC)
- III – Serviço de Obras Sociais de Laranjeiras do Sul - S.O.S
- IV – Associação Senhoras da Caridade (mantenedora da Casa de Repouso São Francisco Xavier)

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL - PR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E
SEGURANÇA DA FAMÍLIA
SETOR DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

- V – Associação do Clube de Idosos de Laranjeiras do Sul – Clube Rancho Alegre**
- VI – Instituto de Assistência Social e Saúde São José**
- VII – Melhoramentos Educacionais do Trabalho do Aprendiz (META)**
- VIII – Teatro Unificado de Laranjeiras do Sul (TULS)**
- IX – Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE)**
- X – Fundação Colibri**
- XI – Comunidade Terapêutica Esquadrão Resgate**
- XII – Associação das Senhoras Rotarianas - ASR**
- XIII – PROVOPAR de Laranjeiras do Sul**
- XIV – Organização São Lucas**
- XV – Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia - CEAGRO**
- XVI – Loja Cavaleiros Templários II - Nº 180**
- XVII – Associação de Judô Laranjeiras - AJL**
- XVIII – PROVOPAR Estadual**
- XIX – Associação dos Índios Kaingang Moradores da Terra Indígena Boa Vista - Passo Liso**
- XX – Associação Esportiva Laranjeiras - AEL**
- XXI – Pastoral do Idoso**

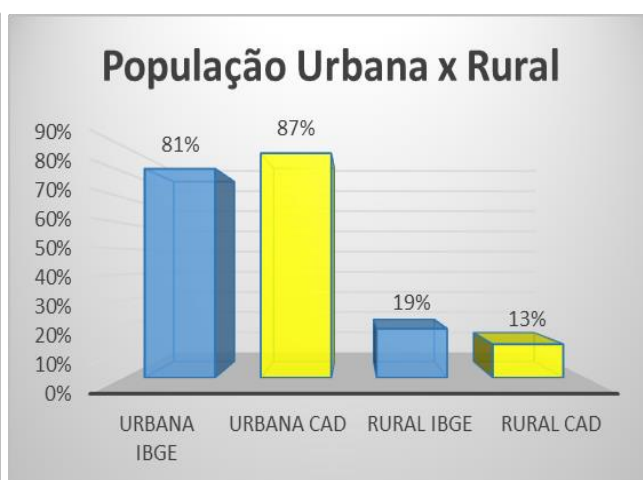
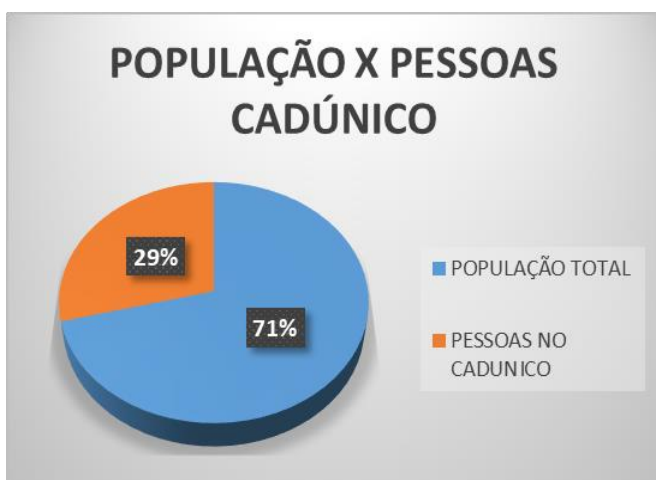
- XXII – APMF do Colégio Estadual Vila Industrial**
- XXIII – APMF do CMEI Adelina Dutra Boeira**
- XXIV – APMF – Jardim Alvorada**
- XXV – APMF – Escola Municipal Valdemar Boeira**
- XXVI – APMF – Colégio Laranjeiras**
- XXVII – APMF – Colégio Tancredo Neves**
- XXVIII – APMF – CMEI Divina Providência**
- XXIX – APMF – Colégio Estadual Floriano Peixoto**
- XXX – APMF – Colégio Estadual Professor Gildo Aluísio Schuck**
- XXXI – APMF – Escola Municipal Dr. Leocádio José Correia**
- XXXII – APMF – Escola Municipal Aluísio Maier**
- XXXIII – APMF – Escola Municipal Água Verde**
- XXXIV – APMF do CMEI Pingo de Gente**
- XXXV – APMF da Escola Municipal Therezinha Maria Moretto Andreetta**
- XXXVI – APMF do CMEI Sementinha do Saber**
- XXXVII – APMF Florindo Pelizari**
- XXXVIII**

Além disso a Secretaria de Assistência Social também mantém parcerias com Clubes de Mães.

ANALISE DO CADASTRO ÚNICO

1. HABITANTES E INSCRITOS NO CADASTRO ÚNICO.

Conforme dados do mês de março de 2025 o município possui **9.070** pessoas inscritas no CadÚnico (29% da população), com **3.614** famílias inscritas, destas **1.371** famílias são beneficiárias do **Programa Bolsa Família**, totalizando 4.059 beneficiários, ou seja, aproximadamente 13% da população. A concessão de beneficiários indica uma dependência significativa de programas de transferência de renda, especialmente entre famílias em vulnerabilidade



Fonte: <https://cecad.cidadania.gov.br/>

TABELA 01. DADOS CADASTRO ÚNICO – Famílias e Pessoas 2025

INDICADOR	VALOR
Pessoas inscritas CADUNICO	9.070
% da população inscrita	29%
Famílias inscritas	3.614
Pessoas que recebem PBF	4.059
% da população recebe PBF	13%
Famílias que recebem PBF	1.371

Fonte: aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/index.html

Outras informações importantes identificadas nas famílias inscritas no CadÚnico foi a alta taxa de membros analfabetos (5,7%) e a baixa escolaridade das pessoas abaixo do ensino fundamental chega a 7.268 pessoas, ou seja, (80,24%) demonstra os desafios na inclusão educacional. A inserção no mercado de trabalho é razoável (57,3% das famílias com ao menos um trabalhador), mas a predominância de trabalhadores por conta própria (32,74%) e a menor proporção com carteira assinada (42,45%) indicam precariedade laboral.

1.1 EVOLUÇÃO DOS ULTIMOS 10 ANOS NO CADASTRO ÚNICO

A tabela 01 evidencia a evolução do número de famílias registradas em políticas e sistemas de proteção social entre os anos de 2014, 2024 e maio de 2025.

TABELA 01. DADOS CADASTRO ÚNICO – Taxa de evolução.

ANO	Quantidade de Famílias		
	2014	2024	MAIO 2025
CADÚNICO	3.339	4.065	3.614
Bolsa Família	1452	1.476	1.371
IVF/PR Calculado Sistema Nossa Gente	2.218	3.890	3.614
Alta vulnerabilidade IVF/PR	602	1.443	910

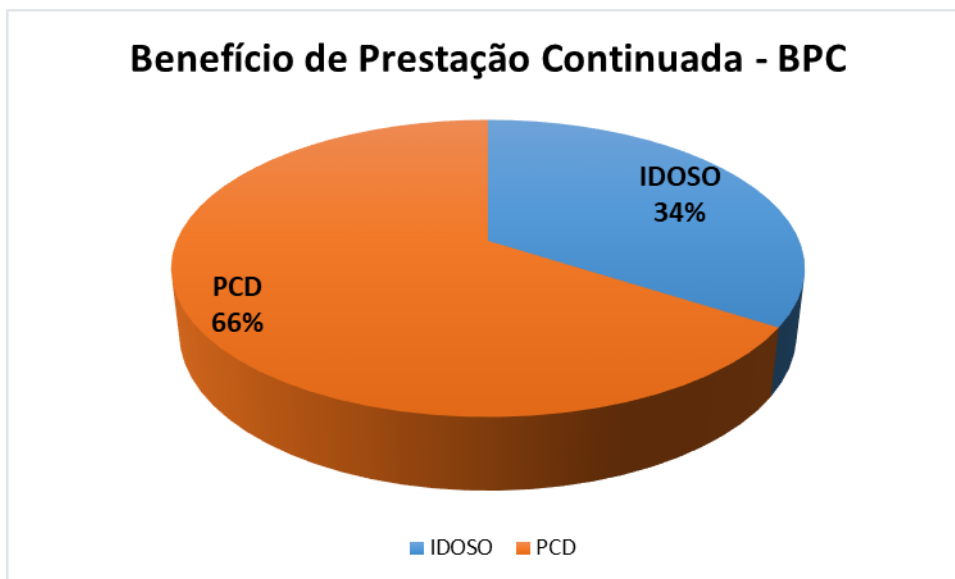
Fonte: <https://cecad.cidadania.gov.br/>

CADASTRO ÚNICO: O crescimento do número de famílias no CadÚnico entre 2014 e 2024 reflete maior inserção de famílias em situação de vulnerabilidade nos sistemas de proteção social nos últimos 10 anos. A leve redução em 2025 pode indicar atualização cadastral, migração, ou melhora em algumas condições de vulnerabilidade.

PROGRAMA BOLSA FAMILIA: A estabilidade de beneficiários ao longo da década, com discreta queda em 2025, pode estar relacionada a mudanças nos critérios do programa, revisão cadastral, ou melhora de renda de parte das famílias. A queda também pode indicar um possível falta de atualização, exigindo atenção quanto ao acesso ao benefício por quem tem perfil de elegibilidade.

ALTA VULNERABILIDADE IVF/PR: A partir do Índice de Vulnerabilidade Familiar - IVF/PR - calculado pelo Sistema Nossa Gente do governo do Estado do Paraná e possível verificar o aumento do número de famílias em alta vulnerabilidade evidencia a intensificação de situações de risco social e violação de direitos. A redução em 2025 em relação a 2024 pode indicar impacto de políticas públicas ou alterações na metodologia de classificação. Ainda assim, o número de 910 famílias representa um contingente considerável que demanda prioridade na oferta de serviços socioassistenciais.

BENEFÍCIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- BPC: Conforme dados do MDS, em julho de 2025, cerca de 1.139 pessoas recebem o benefício assistencial. Destas 750 são destinadas a pessoas com deficiência (65,84%) e 389 são para pessoas idosas acima de 65 anos (34,15%), ou seja, (3,53%) das pessoas do município recebem o benefício possuindo membros com deficiência ou idosos em seus lares. Esse cenário reflete a demanda por benefícios à proteção de pessoas com deficiência ou idoso, mas também aponta para a necessidade de políticas complementares de acessibilidade e inclusão social, dado o elevado grau de dependência.



Fonte: Relatório de informações Sociais (RIS/MDS)- dados de julho de 2025

1.2 TAXA DE ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO ÚNICO

De acordo com os dados extraídos do CECAD (Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico) é uma ferramenta do governo federal que permite acessar e analisar dados do Cadastro Único, em maio de 2025, das **3.614 famílias inscritas** no Cadastro Único, **782 famílias (21,63%)** apresentaram um período de **mais de dois anos sem atualização cadastral**.

TAB 02 – PERFIL DE FAMÍLIAS COM O CADUNICO DESATUALIZADO

• Situação de Pobreza	135 Famílias	3,74% do Cadastro Único
• Baixa Renda	249 Famílias	6,89% do Cadastro Único
• Acima de ½ S.M per capita	398 Famílias	11,02% do Cadastro Único
• Total de Famílias	782 Famílias	21,63 % famílias do Cadastro Único

Fonte: Dados CECAD/Março de 2025

Uma análise revelou que **11 % das famílias com cadastro desatualizado possuem renda superior a meio salário mínimo per capita**, o que sugere menor dependência desses grupos dos benefícios vinculados ao Cadastro Único.

Por outro lado, é crucial destacar que das 1.119 famílias em situação de extrema pobreza **135 estão com o cadastro desatualizado, perfazendo quase 12% das famílias que são dependentes dos benefícios como Bolsa Família**. Essa condição agrava a exposição dessas famílias às consequências da exclusão social, uma vez que a ausência de atualização cadastral pode resultar na **suspensão ou cancelamento do Bolsa Família**.

Além disso, das 1199 famílias em situação de Baixa Renda, 249 apresentam o mesmo problema, perfazendo aproximadamente 21% deste segmento, o que igualmente compromete o acesso aos benefícios sociais que poderiam atenuar as suas condições de vulnerabilidade como tarifa social de energia elétrica, programa do Leite, entre outros.

Essa situação evidencia a necessidade de estratégias específicas para garantir que as famílias em maior situação de vulnerabilidade, como as de Pobreza e Baixa Renda, realizem uma atualização cadastral dentro do prazo, prevenindo impactos negativos em suas condições de vida.

1.3- TAXA DE ACOMPANHAMENTO DAS CONDICIONALIDADES

As condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF) são compromissos que as famílias beneficiárias devem cumprir nas áreas de saúde e educação para continuar recebendo o benefício.

CONDICIONALIDADE NA EDUCAÇÃO

Frequência escolar mínima:

- **60%** para crianças de 4 a 5 anos.
- **75%** para crianças e adolescentes de 6 a 17 anos.

O acompanhamento da frequência escolar é feito bimestralmente (cinco períodos anuais) e registrado no Sistema Presença do Ministério da Educação (MEC).

Tab 03 - ACOMPANHAMENTO CONDICIONALIDADE DA EDUCAÇÃO 2025

EDUCAÇÃO	Crianças (4 a 5 anos)	Crianças e Adolescentes (6 a 15 anos)	Adolescentes e Jovens (16 a 17 anos)	Total de Pessoas (4 a 17 anos)
<i>Público para acompanhamento</i>	319	1.348	220	1.887
<i>Pessoas acompanhadas</i>	318	1.348	220	1.886
<i>Taxa de Acompanhamento</i>	99,69%	100,00%	100,00%	99,95%
<i>Pessoas que cumpriram a condicionalidade (com frequência acima da exigida)</i>	274	1.194	190	1.658
<i>Taxa de cumprimento</i>	86,16%	88,58%	86,36%	87,91%

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, SENARC (Agosto/2025).

Cobertura de Acompanhamento: Quase total (99,95%), indicando eficiência na gestão municipal do PBF, com busca ativa eficaz e articulação entre educação e assistência social. Apenas 1 pessoa não acompanhada (provavelmente por não localização).

Taxas de Cumprimento: Média de 87,91%, acima da média nacional histórica (cerca de 85-90%), mas com 228 pessoas não cumpridoras (12,09% do total). A faixa 6-15 anos tem o melhor desempenho (88,58%), possivelmente devido a maior estrutura escolar básica. As faixas 4-5 e 16-17 anos mostram maiores taxas (13,84% e 13,64% de não cumprimento), sugerindo desafios como evasão na educação infantil e abandono no ensino médio.

Não Cumpridores por Faixa: 44 (4-5 anos), 154 (6-15 anos), 30 (16-17 anos). Isso representa potenciais vulnerabilidades: negligência familiar, barreiras de transporte em áreas rurais ou impactos socioeconômicos (ex.: trabalho infantil em agricultura).

CONDICIONALIDADES NA SAÚDE

Vacinação: Cumprimento do calendário nacional de vacinação para crianças de 0 a 7 anos incompletos.

Acompanhamento nutricional: Monitoramento do estado nutricional (peso e altura) de crianças de 0 a 7 anos incompletos, para prevenir desnutrição e acompanhar o desenvolvimento.

Pré-natal: Realização de consultas de pré-natal para gestantes, com o objetivo de proteger a saúde da mãe e do bebê.

Essas ações devem ser realizadas por equipes de saúde da família, agentes comunitários de saúde ou unidades básicas de saúde (UBS), com registro no Sistema Bolsa Família na Saúde. O acompanhamento ocorre em duas vigências anuais: de janeiro a junho e de julho a dezembro.

Tab 04 - ACOMPANHAMENTO CONDICIONALIDADE DA SAÚDE 2025

SAÚDE	Crianças (menores de 7 anos)	Mulheres	Gestantes	Total de Pessoas (crianças e mulheres)
Público para acompanhamento	838	2.008	92	2.938
Pessoas acompanhadas	633	1.955	92	2.680
Taxa de acompanhamento	75,54%	97,36%	100%	91,21%
Pessoas que cumpriram a condicionalidade	633	-	92	
Taxa de cumprimento	100,00%	-	100,00%	

Fonte: aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/?codigo=411330&aM=0#myModalImpressaoWait

Cobertura de Acompanhamento: Média de 91,21%, inferior à educação (99,95% em análise anterior), indicando desafios na rede de saúde. Crianças <7 anos têm a menor taxa (75,54%), com 205 não acompanhadas (24,46%), possivelmente devido a barreiras como falta de transporte rural ou sobrecarga em UBS. Gestantes atingem 100%, sugerindo prioridade em pré-natal. Mulheres (97,36%) mostram bom desempenho, mas sem dados de cumprimento específicos (foco em gestantes e crianças).

Taxas de Cumprimento: 100% nas categorias monitoradas (crianças e gestantes), significando que, uma vez acompanhadas, as famílias cumprem integralmente (vacinação, peso/altura e pré-natal). Isso contrasta com gaps na cobertura, apontando que o problema é de acesso inicial, não de adesão.

Não Acompanhados por Categoria: 205 crianças, 53 mulheres, 0 gestantes. Total de 258 não acompanhados (8,79%), potencialmente vinculados a vulnerabilidades sociais sendo essencial a busca ativa.

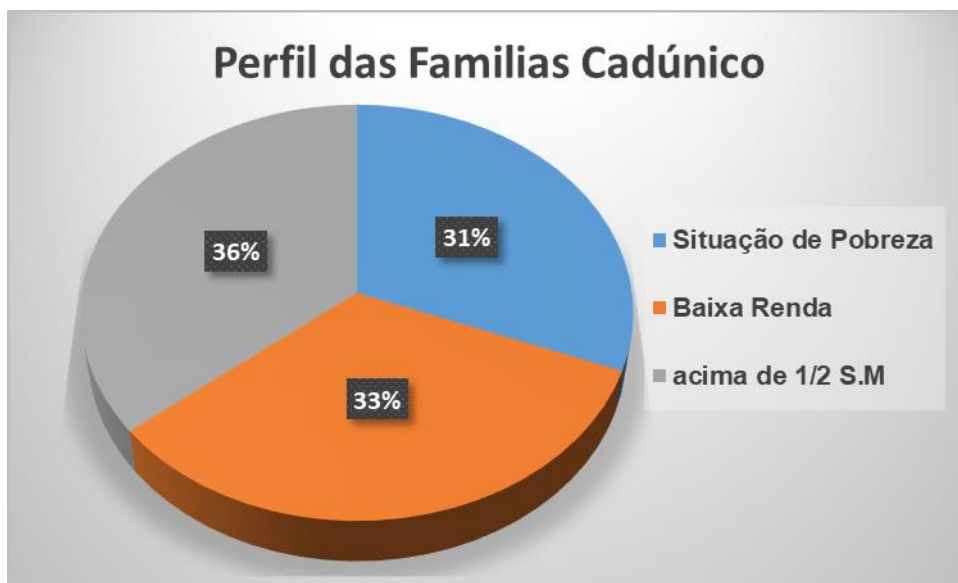
1.4 FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA E BAIXA RENDA

Tab 05 - FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADUNICO

• Situação de Pobreza	1.119 Famílias	30,96%
• Baixa Renda	1.199 Famílias	33,18%
• Acima de ½ S.M per capita	1.296 Familias	35,86%
• Total de Famílias CadÚnico	3.614	100 %

Fonte: Dados CECAD/Março de 2025

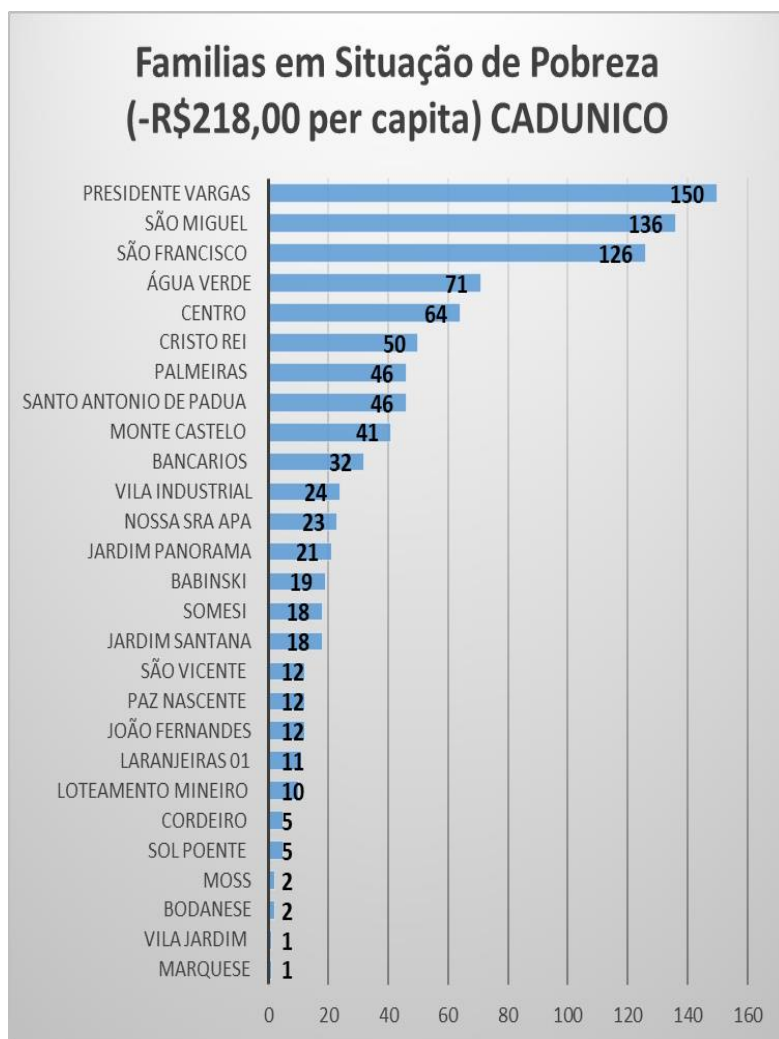
Laranjeiras do Sul possui 3.614 famílias inseridas no Cadastro Único, destas, 1.119 encontram-se em situação de pobreza, ou seja, possuem uma renda per capita de até R\$ 218,00 por mês, já 1.199 famílias em situação de baixa renda, com uma renda per capita de até meio salário mínimo. Por fim, 1.296 famílias inseridas no CadÚnico possuem uma renda per capita acima de meio salário mínimo, considerando o salário mínimo atual de R\$ 1.518,00.



1.5 DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA

1.119 FAMÍLIAS foram identificadas no mês de Março de 2025 pelo Cadastro Único como em **situação de pobreza**, destas, **958 (85,60%) estão na área urbana**, já na **área rural são 161 famílias**, ou seja, 14,40%.

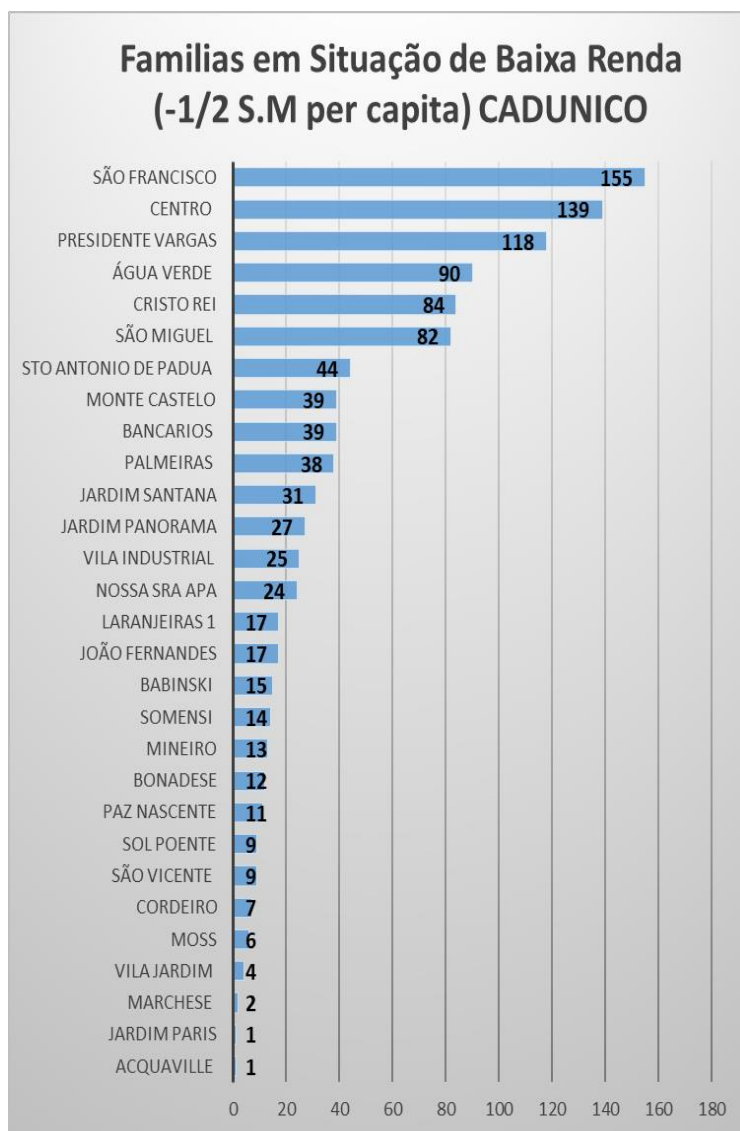
Abaixo elencamos os bairros com maiores índices de famílias em situação de pobreza, do maior para o menor.



1.6 DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE BAIXA RENDA

Das 1.199 FAMÍLIAS identificadas como Situação de Baixa Renda, no mês de março de 2025, destas **1073 (89,50%)** estão na **área urbana**, já na **área rural são 126 família, ou seja 10,50%** das famílias em situação de Baixa Renda.

Abaixo elencamos os bairros com maiores índices de famílias em situação de Baixa Renda do maior para o menor



DIVISÃO TERRITORIAL

A territorialização no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um princípio fundamental para organizar a oferta de serviços, programas e benefícios socioassistenciais com base nas especificidades e demandas dos territórios. Nessa perspectiva as áreas urbanas e rurais do município foram divididas em dois Territórios, sendo TERRITÓRIO REGIÃO SUL e TERRITÓRIO REGIÃO NORTE, conforme mapa abaixo.



Na perspectiva da Proteção Social do SUAS, a territorialização ganha relevância por promover uma abordagem mais próxima, contextualizada e equitativa às necessidades da população, especialmente as mais vulneráveis. Ao planejar os serviços com base nas características territoriais, evita-se a duplicação de esforços e garante-se uma alocação mais eficiente de recursos. Por exemplo, áreas com maior incidência de pobreza extrema podem receber mais investimento em serviços como PAIF ou em ações de convivência e fortalecimento de vínculos, garantindo que os serviços sejam planejados e executados com foco nas reais necessidades da população.

2.1 LOCALIDADES POR TERRITÓRIOS URBANOS E RURAL

➤ TERRITÓRIO NORTE

- **Bairros Urbanos:**

- CAIC - Cristo Rei - Industrial - Jardim Santana - João Fernandes - Laranjeiras 1 - Monte Castelo - Nossa Senhora Aparecida – Palmeiras - Paz Nascente - São Francisco São Miguel - São Vicente - Sol Poente – Somense - Vila Jardim

- **Comunidades Rurais:**

- Alto Alegre do Tigre -Alto São João- Assentamento Passo Liso - Boa Vista - Campo Mendes - Campo Verde - Casinha Branca - Colônia Santo Antônio - Colônia União - Invernada Grande - Linha Pechinski - Passo Liso - Passo Liso Criciúma -Recanto da Natureza - Rio Anteiro - Rio do Tigre - Rio Laranjeiras – Rio Quati - Rio Verde - Rio Xagu - Vila Becker

➤ TERRITÓRIO SUL

- **Bairros Urbanos:**

- AcquaVille - Água Verde –Babinski – Bancários –Bodanese - Jardim Panorama - Jardim Paris – Marquese - Ocupação Antigo Viveiro - Presidente Vargas - Santo Antônio de Pádua - Sol Poente - Vila São Pedro

- **Comunidades Rurais:**

- Assentamento 8 de Junho - Barro Preto- Campos Sales - Erval Grande - Faxinal Grande - Flor do Pinho – Gramadinho - Km 6 - Km 8 - Km127 - Km130 - Nova Colônia - Passinhos - Rincão Grande - Rio do Leão - Rio do Leão - Rio Laranjeiras - São José - São Pedro do Interior - Vera Cruz - Vila Rural - Xagu dos Mariano

2.2 DIVISÃO DAS SITUAÇÕES DE POBREZA POR TERRITÓRIO.

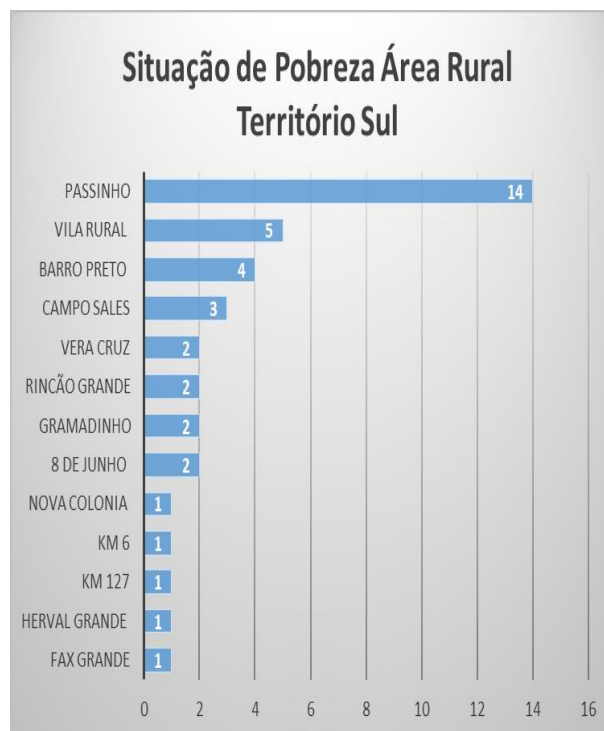
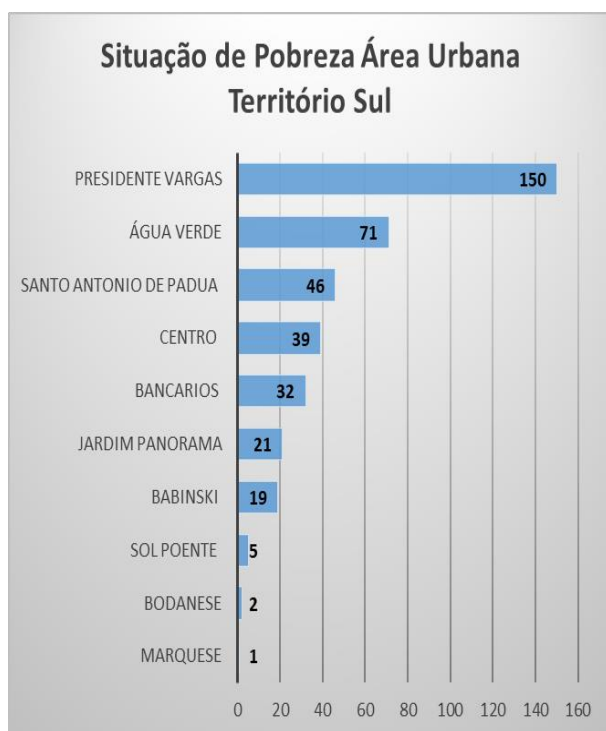
Tab 06 - FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA

• Território SUL	387 Famílias	40,39%	42 Famílias Rural	26%
• Território NORTE	571 Famílias	59,61%	119 Famílias Rural	74%
• TOTAL	958 Famílias	100% Urbano	161 Famílias Rural	100% Rural

Fonte: Dados CECAD/Março de 2025

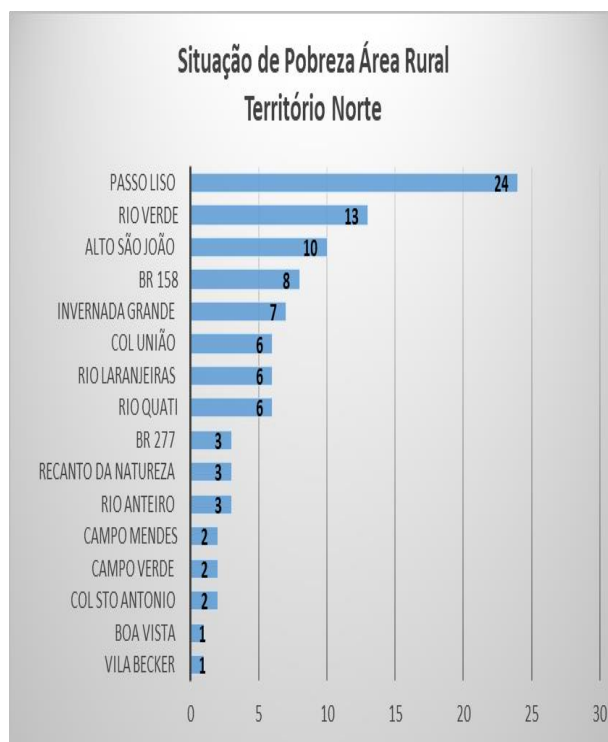
TERRITORIO SUL- Famílias em Situação de Pobreza

Abaixo os bairros e localidades rurais com maiores incidências de famílias em situação de pobreza no município distribuídas por território neste caso, Território Sul.



TERRITÓRIO NORTE- Famílias em Situação de Pobreza

Abaixo os bairros e localidades rurais com maiores incidências de famílias em situação de pobreza no município distribuídas por território neste caso, Território Norte.



2.3 DIVISÃO DAS SITUAÇÕES DE BAIXA RENDA POR TERRITÓRIO.

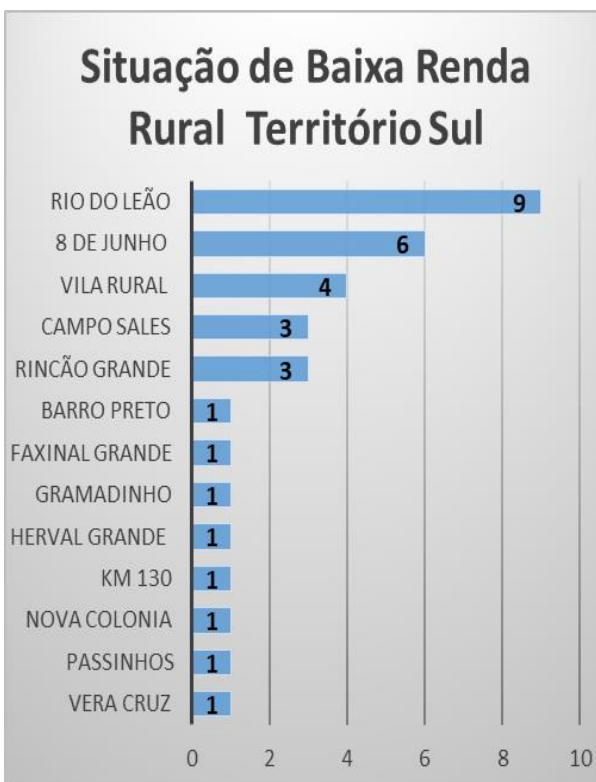
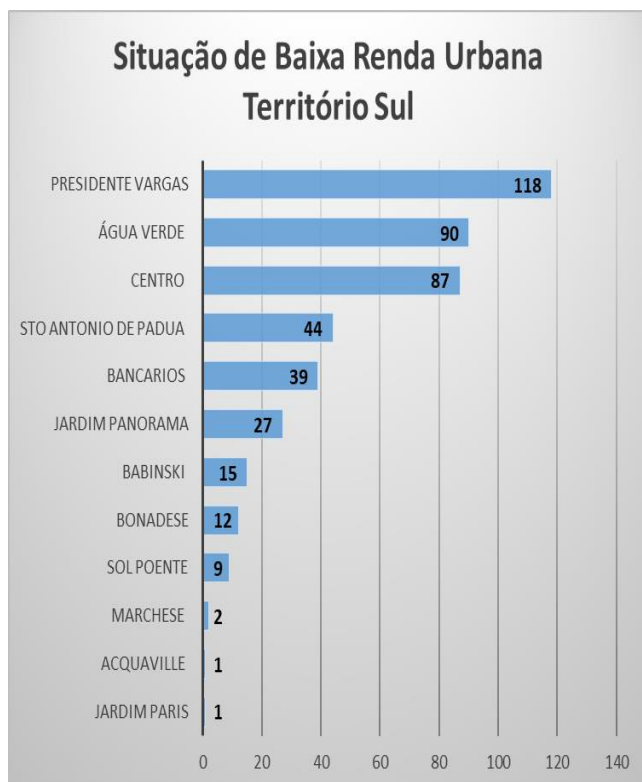
Tab 06 - FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE BAIXA RENDA

• Território Sul	445 Famílias	41,47%	39 Familias Rural	31%
• Território Norte	628 Famílias	58,53%	87 Familias Rural	69%
• TOTAL	1073 Famílias	100% Urbano	126 Familias Rural	100% Rural

Fonte: Dados CECAD/Março de 2025

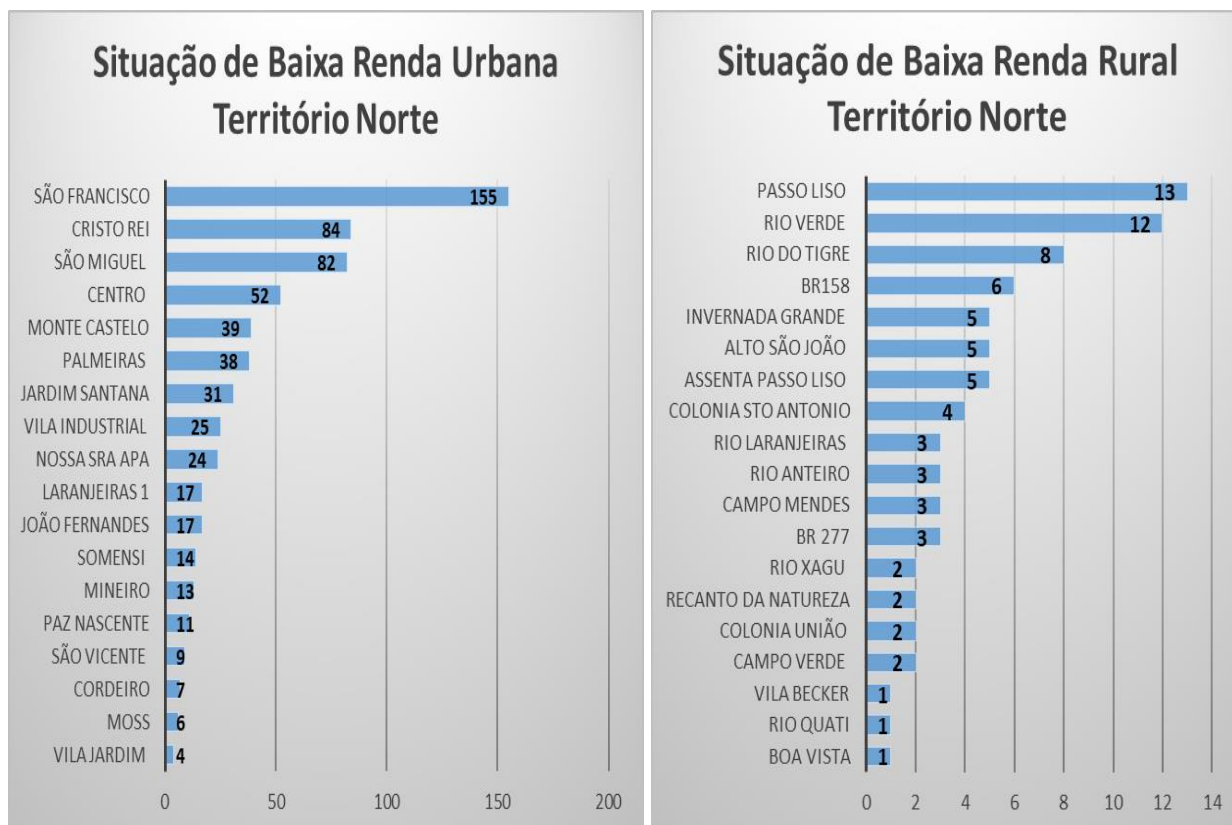
TERRITORIO SUL - Famílias situação de Baixa Renda

Abaixo os bairros e localidades rurais com maiores incidências de famílias em situação de Baixa Renda no município, distribuídas por território neste caso, Território Sul.



TERRITÓRIO NORTE - Famílias situação de Baixa Renda

Abaixo os bairros e localidades rurais com maiores incidências de famílias em situação de Baixa Renda no município distribuídas por território. Neste caso, Território Norte.



PERFIL DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS NO CADASTRO ÚNICO

1. Visão Geral e Representatividade

O município possui 255 famílias de populações tradicionais cadastradas no Cadastro Único, das quais 109 são beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF). Menos da metade desses povos representa situações de pobreza mas que deve possuir uma base de dados para o planejamento de políticas públicas específicas.

2. Grupos com Maior Representatividade

Acampados (70 famílias): É o grupo mais numeroso, com 41 famílias no PBF (58,6% de cobertura). Indica possível demanda por regularização fundiária e habitação.

Agricultores Familiares (62 famílias): Segundo maior grupo, mas apenas 20 famílias no PBF (32,3%). Sugere necessidade de fortalecimento de políticas agrícolas locais.

Assentados da Reforma Agrária (59 famílias): Apenas 6 famílias no PBF (10,2%), indicando que as famílias assentadas conseguem manter uma independência de programas de transferência de renda pelo acesso à terra.

3. Grupos Vulneráveis com Atenção Especial

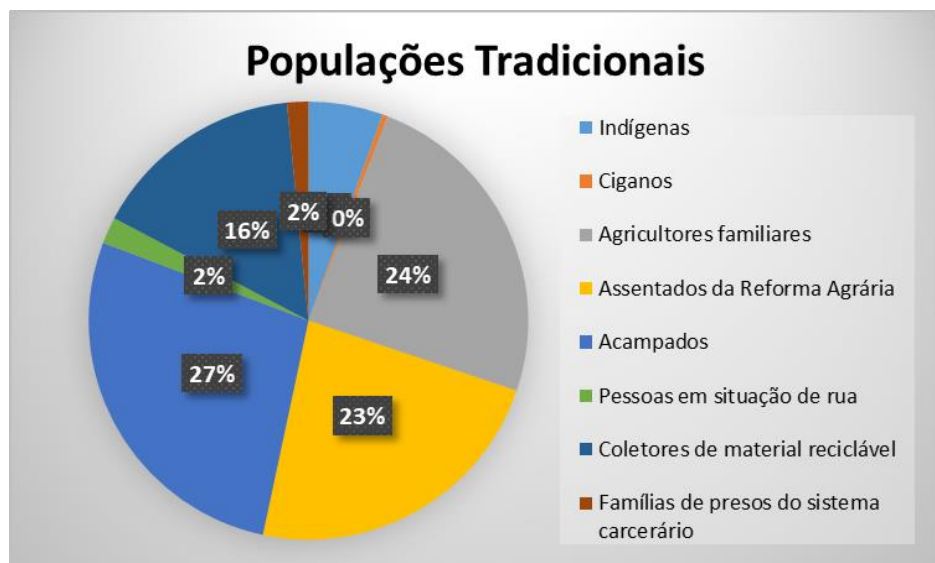
Pessoas em Situação de Rua (5 famílias): estas famílias incluídas no PBF, não foram identificadas pelos serviços de acompanhamento (como por exemplo o CREAS) demonstrando a necessidade de comunicação entre os serviços para acesso a este grupo vulnerável.

Coletores de Material Reciclável (40 famílias): 30 famílias no PBF (75% de cobertura), grupo significativo que demanda políticas de acompanhamento do PAIF e inclusão dos filhos no SCFV.

Indígenas (14 famílias): 6 famílias no PBF (42,9%), necessitando de abordagem culturalmente específica, não representando um numero expressivo das populações tradicionais do município

4. Perfis não Identificados

Grupos com Zero Registros: Quilombolas, Ribeirinhos, Extrativistas, Pescadores Artesanais e entre outros não aparecem cadastrados.

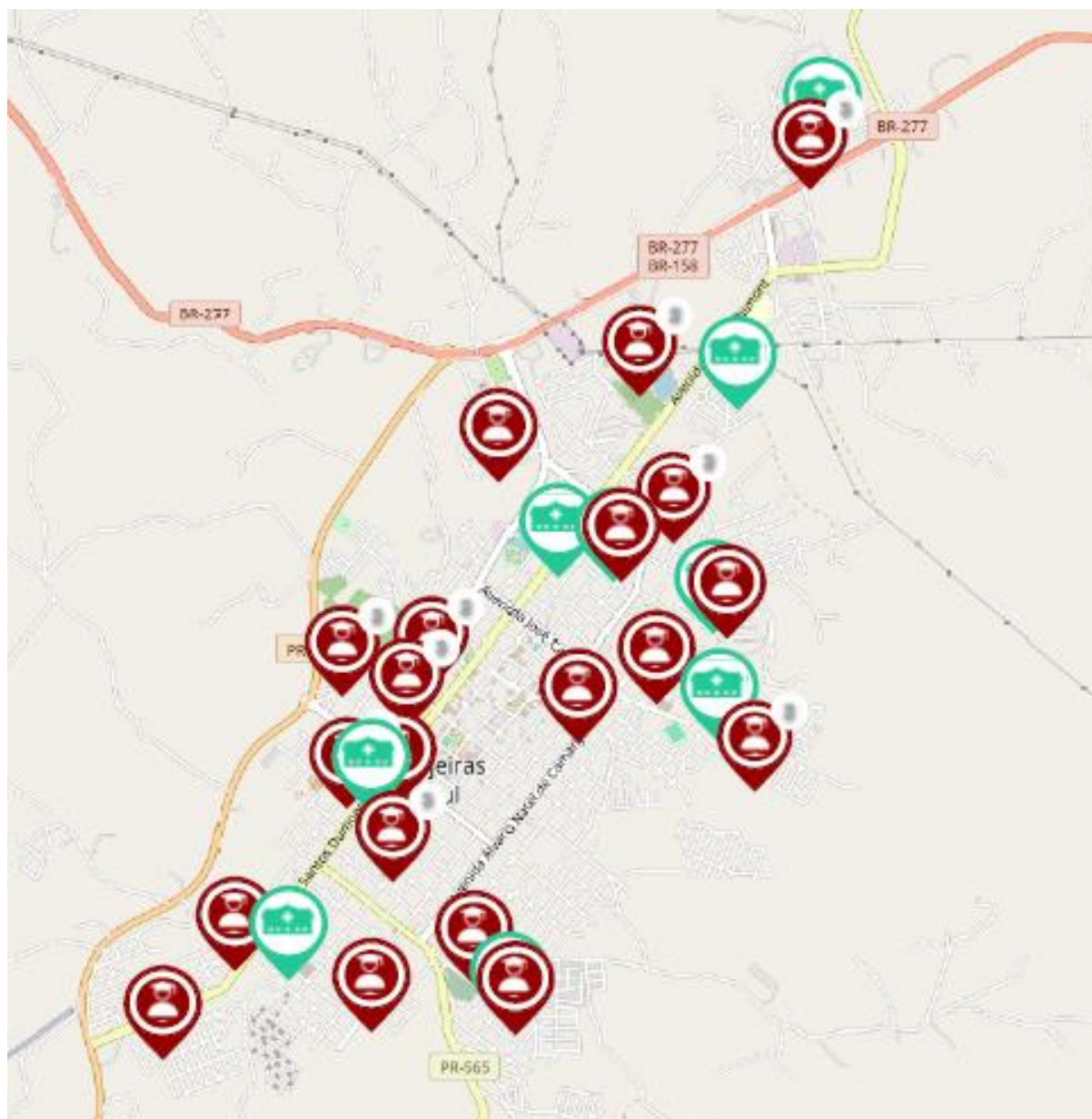


Fonte : aplicacoes.mds.gov.br agosto 2015

REDE SOCIOASSISTÊNCIA E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS POR TERRITÓRIO

Equipamento	Território Sul	Território Norte
CRAS	--	01
CREAS	--	01
CENTRO DA JUVENTUDE	--	01
SERVIÇO DE ACOLHIMENTO CRIANÇAS E ADOLESCENTE – S.O.S	--	01
CASA LAR – PCD APAE	01	--
SERVIÇO DE ACOLHIMENTO IDOSOS	01	--
FUNDAÇÃO COLIBRI – AUTISTA	01	--
COMUNIDADE TERAPÊUTICA ESQUADRÃO RESGATE	01	--
CLUBE DE MÃES	06 Rural	13 Rural
ASSOCIAÇÃO DOS ÍNDIOS KAINGANG MORADORES DA TERRA INDIGENA BOA VISTA	--	01 RURAL Passo Liso
COLÉGIOS ESTADUAIS	03 urbano	04 urbano - 03 rurais
ESCOLA TÉCNICA	01 urbano	--
CEEBJA	--	01 urbano
ESCOLAS MUNICIPAIS	05 urbanas 01 rural	05 urbano 03 rurais
CMEIS	04 urbano	07 urbano
UBS	03	04
HOSPITAIS	--	02

**MAPA SOCIOTERRITORIAL URBANO DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS
ESCOLAS E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE**



— Saúde e Educação

☒ Escolas

☒ UBS

☒ Upa



SERVIÇOS E PROGRAMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA EM
LARANJEIRAS DO SUL.

O principal Serviço de Proteção Social básica do município é o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) que oferta serviços, programas, projetos e benefícios, e têm como principais objetivos oferecer atendimento e acompanhamento socioassistencial às famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, buscando fortalecer seus vínculos familiares e comunitários e encaminhamentos para outras políticas públicas.

1. AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO CRAS:

Segue abaixo os serviços, programas, projetos, cursos ofertados no cras de laranjeiras do sul no ano de 2025.

I – PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família).

II - SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos).

III – SPSB Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos.

IV - Cadastro Único do Governo Federal – Os principais programas e benefícios dos Governos Federal, Estadual e Municipal que utilizam o Cadastro Único são:

- a)** Programa Bolsa Família - PBF
- b)** Benefício de Prestação Continuada (BPC)
- c)** Tarifa Social de Energia Elétrica
- d)** Minha Casa Minha Vida
- e)** Poupança Ensino Médio – Pé de Meia
- f)** Carteira da Pessoa Idosa
- g)** Isenção de Taxa em Concursos Públicos
- h)** Tarifa social de Água.
- i)** Programa Leite das Crianças.
- j)** Programa Municipal Pão Nosso.
- k)** Acesso à Justiça Gratuita

V – NOSSA GENTE PARANA

VI - PRIMEIRA INFÂNCIA PARANÁ

VII - PROJETO CAIXA D'AGUA

VIII - CESTA VERDE/ COMPRA DIRETA

IX - CONDICIONALIDADES DO BOLSA FAMILIA

X – ENCAMINHAMENTOS INFREQUÊNCIA ESCOLAR

1.2 - BENEFÍCIOS EVENTUAIS.

- a) Auxílio Alimentação;
- b) Auxílio transporte (Passagens);
- c) Auxílio funeral;
- d) Auxílio natalidade;
- e) Auxílio aluguel social;
- f) Auxílio documentação;

1.3 – DEMAIS ENCAMINHAMENTOS :

- a) Políticas públicas: CREAS, CAPS, Habitação, Saúde, Educação;
- b) Passe Livre Interestadual e intermunicipal;
- c) Carteira da Pessoa Autista;
- d) BPC, INSS;
- e) Cursos Profissionalizantes SENAI, SENAC
- f) Provocar e outros benefícios de caráter emergencial

1.4 – OFICINAS DE GERAÇÃO DE RENDA (CENTRAL DE OFÍCIOS).

- a) Artesanato
- b) Culinária
- c) Corte e Costura
- d) Bordado
- e) Massagem
- f) Crochê
- g) Cabeleireiro
- h) Manicure

2. ANÁLISE DOS DADOS DO REGISTRO MENSAL DE ATENDIMENTOS (RMA) DO CRAS DE LARANJEIRAS DO SUL (2017-2024)

O município de Laranjeiras do Sul conta, atualmente com um (01) CRAS localizado em área urbana, que é responsável por atender a demanda da zona urbana e rural, mas a partir desse ano de 2025, inicia-se a territorialização da equipe técnica, sendo 2 assistentes social e 01 psicólogo para o território Sul e 02 assistente sociais e 01 pedagoga, conforme o Plano de organização territorial dos serviços do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS do município.

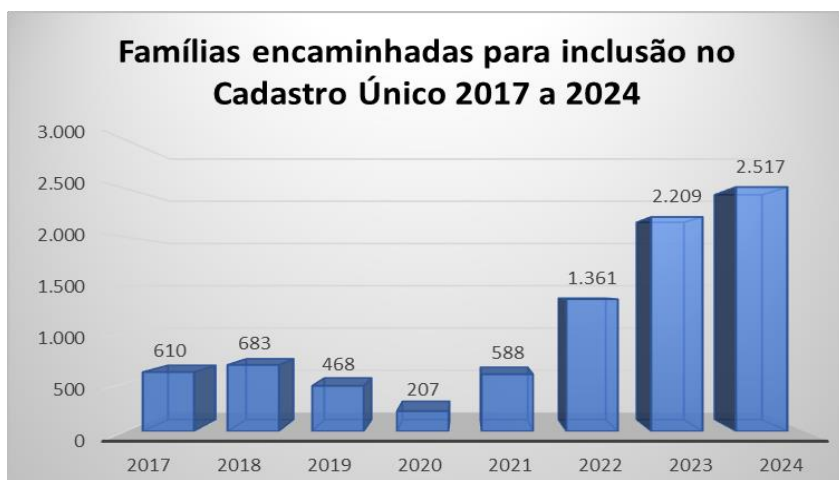
A fim de contextualizar a Proteção Social Básica, foram retirados os dados dos Relatórios Mensais de Atendimento – RMA / CRAS, disponíveis no site painéis.mds.gov.br. A unidade do CRAS atende a todo município e todas as famílias são referenciadas na unidade. Em 2024 foram realizados cerca de 13.628 atendimentos particularizados, na sequência segue a evolução dos atendimentos no CRAS no período de 2017 a 2024.



O total de 08 anos foram realizados 83.180 atendimentos particularizados estes podem ser realizados por técnicos de nível superior ou por técnicos de nível médio, de acordo com os diferentes fins, tais como: acolhida de uma família ou indivíduo; escuta e prestação de orientações à família; escuta e encaminhamento da família para a rede socioassistencial ou políticas públicas;; realizar cadastramento ou atualização cadastral do CadÚnico, etc. Também devem ser consideradas como atendimento particularizado as visitas domiciliares realizadas pelos técnicos de nível superior e de nível médio dos CRAS.

Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único:

A tabela de famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único (CadÚnico) no CRAS de Laranjeiras do Sul entre 2017 e 2024 apresenta um total acumulado de 8.643 famílias, ou seja, 10,39% do volume total de atendimento realizados no CRAS, foram para inclusão no CadÚnico. Identificando o crescimento exponencial a partir do ano de 2021 refletem mudanças nas demandas sociais e na capacidade de atendimento.



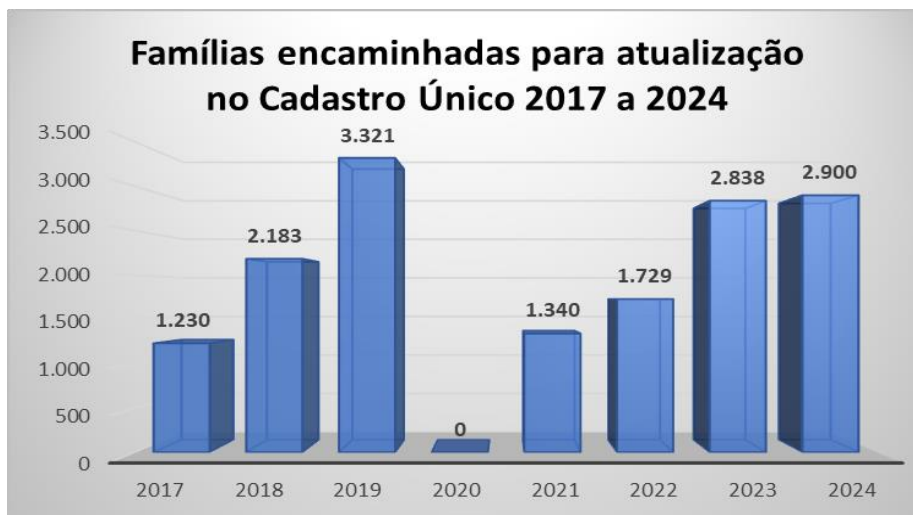
A partir do ano de 2021 houve uma recuperação forte, com aumento exponencial a partir de 2022 (1.361), atingindo 2.517 em 2024. Esse salto possivelmente impulsionado por campanhas pós-pandemia expansão de critérios de elegibilidade.

Famílias encaminhadas para atualização no Cadastro Único:

A tabela de famílias encaminhadas para atualização no Cadastro Único (CadÚnico) no CRAS de Laranjeiras do Sul entre 2017 e 2024 apresenta um total acumulado de 15.834 atendimentos, representando 19% dos atendimentos do CRAS as famílias. Somados os atendimentos de Inclusão e Atualização representa quase 30% dos atendimentos realizados no CRAS nos últimos 08 anos.

Com base nessa análise, algumas ações podem ser consideradas pela Secretaria Municipal de Assistência Social: Reforço da Capacidade de Atendimento sendo que os números elevados dos últimos anos justificam a avaliação da

necessidade de ampliar a estrutura física e a equipe técnica do Cadastro Único para evitar longas esperas e garantir um atendimento qualificado.



Fonte:

Observa-se um crescimento expressivo no período pré-pandemia (2017-2019), o que indicava tanto uma ampliação da procura por serviços sociais quanto um esforço ativo da equipe do Cadastro único em regularizar a situação das famílias. O ano de 2020 registra zero atualizações, um reflexo direto das restrições sanitárias e da necessidade de adaptação dos serviços de atendimento presencial durante a pandemia de COVID-19. A retomada a partir de 2021, atingindo patamares ainda mais elevados em 2023 e 2024, a reativação dos serviços e a existência de uma demanda reprimida.

Benefícios eventuais concedidos/entregues pelo CRAS de 2017 a 2024.

Os benefícios eventuais são provisões da assistência social destinadas ao enfrentamento de situações de vulnerabilidade temporária, como as que você mencionou: auxílio alimentação, transporte (passagens), aluguel social e documentação. Eles se diferenciam de benefícios continuados (como o BPC) por seu caráter suplementar e provisório, sendo uma resposta a contingências específicas que causam riscos e perdas à família.

Sua concessão é de responsabilidade dos municípios, que devem seguir critérios estabelecidos pelos respectivos Conselhos de Assistência Social no município de Laranjeiras eles são regulamentados pela Resolução CMAS Nº 05/2022. Os dados a seguir referem-se a somatória dos benefícios de Auxílio Alimentação; Auxílio transporte (Passagens); Auxílio aluguel social Auxílio documentação, não entram na contagem os benefícios de Auxílio funeral, Auxílio natalidade sendo os únicos que devem ser informados separadamente no RMA. O total de benefícios eventuais em 08 anos representaram 18,83%, ou seja, 15.666 dos atendimentos totais do CRAS. Se somarmos os números de auxílio funeral 218 e auxílio natalidade, apenas 42, demonstrando não ser um número expressivo nos atendimentos do CRAS.



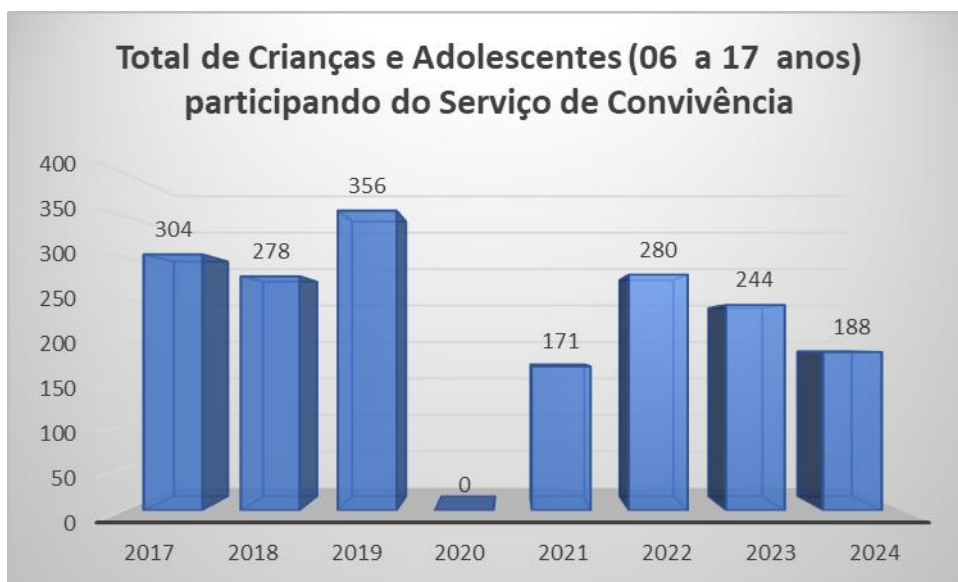
A expressiva redução para 1.276 benefícios em 2020 é um forte indicador do impacto da COVID-19 nos serviços presenciais do CRAS. As restrições sanitárias certamente dificultaram o acesso da população ao centro e a realização de avaliações técnicas presenciais, que são etapas essenciais para a concessão desses auxílios.

A recuperação progressiva a partir de 2021, atingindo patamares superiores a 2.000 benefícios anuais, sinaliza a reativação dos serviços e a retomada do acesso da população. A estabilidade relativa nos últimos três anos sugere que a demanda se estabilizou em um novo patamar, possivelmente refletindo tanto as sequelas socioeconômicas da pandemia quanto a capacidade de resposta reorganizada do CRAS.

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças e Adolescentes:

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é um componente da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Ofertado de forma complementar ao trabalho do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), seu objetivo principal é prevenir a ocorrência de situações de risco e vulnerabilidade social.

O serviço é organizado em grupos, segmentados por faixas etárias sendo que o público-alvo prioritário abrange crianças, adolescentes em diversas situações de vulnerabilidade, como trabalho infantil, violência, isolamento, defasagem escolar, abuso sexual, cumprimento de medidas socioeducativas, entre outras. Em Laranjeiras do Sul o atendimento a esse público é prestado diretamente no CRAS para crianças de 06 a 11 anos e no Centro da Juventude (CEJU) para adolescentes de 12 a 17 anos).

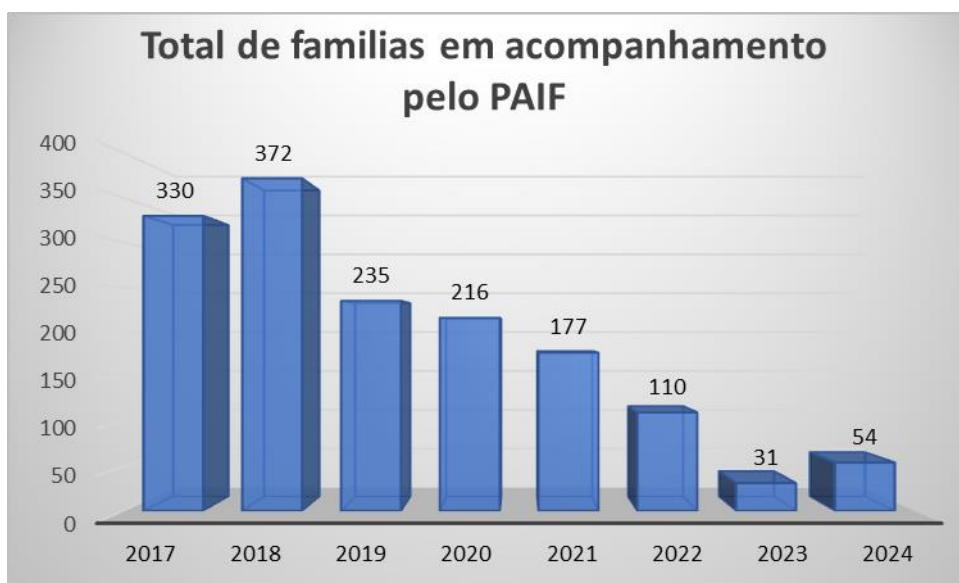


No período pré-pandemia (2017-2019) apresentava números estáveis com tendência de crescimento, atingindo o pico de 356 participantes em 2019, no entanto havendo a paralização total em 2020, reflexo direto do fechamento dos serviços presenciais durante a pandemia da COVID-19. Houve então o retorno gradual primeiramente on-line e atividades de pequenos grupos até o retorno, devido a

reorganização completa do serviço foi necessário trabalhar com números menores seguindo os protocolos de saúde, no entanto percebe-se uma queda acentuada em 2024, com 188 participantes, que representa apenas 53% do público de 2019 (pico pré-pandemia) e 62% da média histórica do período 2017-2019 (313 participantes). A partir de 2022 ocorre a tendência de declínio com a redução consecutiva de (280) para 188 em 2024. Desta forma é necessária uma análise aprofundada se isso ocorre devido as formas de novas as formas de organização dos espaços de atendimento, e se não existe uma demanda reprimida para o público prioritário.

PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

O PAIF é o serviço de trabalho social continuado com famílias realizado nos CRAS, destinado a fortalecer a função protetiva das famílias e prevenir a ruptura de vínculos. Atua de forma preventiva e proativa, desenvolvendo potencialidades e promovendo acesso a direitos. O Público-Alvo são Famílias em situação de vulnerabilidade social, com prioridade para, beneficiárias de programas de transferência de renda; com fragilização de vínculos afetivo-relacionais, dentre seus membros primeira infância, adolescência, velhice pessoas com deficiência e idosos em situação de vulnerabilidade. Dentre os objetivos estratégico está a fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de vínculos familiares e comunitários, promover acesso a direitos e serviços socioassistenciais, desenvolver potencialidades e autonomia familiar e articular a rede no território.



Em 2017, o serviço operava com 330 famílias. O pico de 372 famílias em 2018 a queda para 235 famílias em 2019 (queda de 36,8%) sendo um declínio contínuo do sistema de acompanhamento familiar mesmo antes da pandemia. Percebe-se que em 2023 e 2024 quando o CRAS teve o maior número grande de técnicos como assistentes sociais e psicólogos, foi o período de menor acompanhamento histórico. Este movimento sugere graves deficiências na gestão do serviço, desde o dimensionamento inadequado da equipe técnica até a fragilidade nos processos de busca ativa e manutenção do acompanhamento continuado, o que deveria ser o principal serviço do CRAS. Manutenção desses patamares de atendimento compromete a proteção social básica no território, exigindo intervenção técnica e planejada para recomposição da capacidade de atendimento, indica a necessidade de intervenção urgente da gestão municipal para reestruturação do serviço, garantindo o cumprimento de sua função protetiva e preventiva no território de abrangência do CRAS.

**PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL E VIOLAÇÕES DE DIREITOS EM
LARANJEIRAS DO SUL**

O diagnóstico socioterritorial da assistência social no município de Laranjeiras do Sul, nesse ponto tem como foco a Proteção Social Especial (PSE) de média complexidade, revela um panorama de vulnerabilidades persistentes, com ênfase em violações de direitos, situações de risco e violência. Baseado nos dados que compila informações do CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), RMA (Registro Mensal de Atendimento), Prontuário Social IDS-SOCIAL e SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação), a análise técnica abrange os atendimentos no PAEFI (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos), medidas socioeducativas e notificações de violência. Os dados cobrem o período de 2017 a 2024, permitindo identificar tendências, discrepâncias e prioridades para o Plano Municipal de Assistência Social. Considerando a data atual (setembro de 2025).

A análise considera os seguintes eixos: (1) estrutura e serviços do CREAS; (2) atendimentos PAEFI por segmento populacional e tipos de violência; (3) Tipos de violências contra Crianças e adolescentes (CREAS/RMA) (4) Número detalhado de crianças e adolescentes em situações violência atendidas pelo CREAS; (5) Disparidade nos Registros: Prontuário IDS-SOCIAL vs. RMA/CREAS (6) Medidas Socioeducativas, (7) Notificações de violência no SINAN (2017-2014)

1. Estrutura e Serviços Ofertados pelo CREAS

O CREAS de Laranjeiras do Sul opera com uma equipe multidisciplinar composta por 2 Assistentes Sociais, 1 Psicólogo e 1 Advogado, 1 diretor de ações socioeducativas, focada em atendimentos especializados para famílias e indivíduos com direitos violados. Os serviços incluem:

Serviços ofertados CREAS

- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);
- Serviço Especializado em Abordagem Social;

- Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);
- Serviço de Proteção Social Especial para Mulheres vítimas de violência;
- Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;
- Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

Essa estrutura atende demandas de PSE de média complexidade, mas os dados indicam subutilização ou sub-registro em sistemas locais, como o IDS-SOCIAL, o que pode comprometer a alocação de recursos e o planejamento territorial, limitando a capacidade de mapear violações por bairros ou regiões rurais.

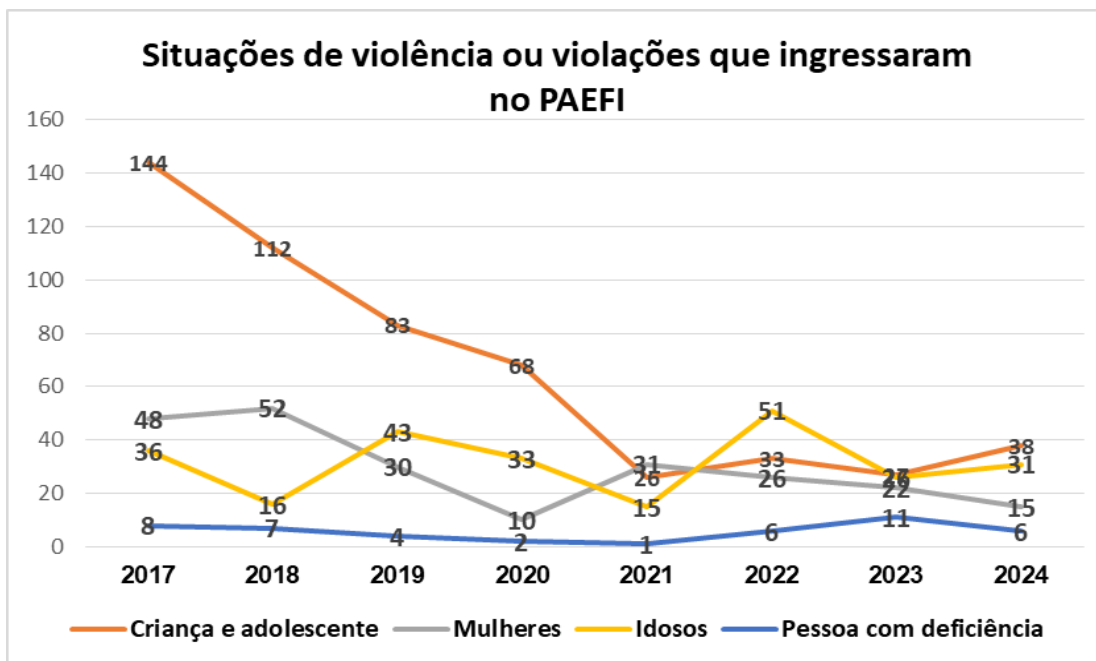
2 - Atendimentos no PAEFI por segmento populacional (2017-2024)

A tabela principal do PAEFI registra o ingresso de casos de violência ou violações, segmentados por crianças/adolescentes, mulheres, idosos e pessoas com deficiência. Observa-se uma redução geral nos atendimentos ao longo dos anos, possivelmente influenciada por fatores como a pandemia de COVID-19 (queda acentuada em 2020-2021), mas com leve aumento em 2022-2024.

Números de crianças e adolescentes, mulheres, Idosos e pessoas com deficiência atendidas no período de 2017 a 2024.

Situações de violência ou violações que ingressaram no PAEFI								
Segmento	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Criança e adolescente	144	112	83	68	26	33	27	38
Mulheres	48	52	30	10	31	26	22	15
Idosos	36	16	43	33	15	51	26	31
Pessoa com deficiência	8	7	4	2	1	6	11	6
TOTAL	236	187	160	113	73	116	86	90

Fonte RMA CREAS: https://paineis.mds.gov.br/public/extensions/Painel_RMA/CREAS.html



Fonte: RMAS/MDS

Crianças e Adolescentes: Declínio de 73% (de 144 para 38), com mínimo em 2021; leve aumento pós-2021 sugere persistência de riscos

Mulheres: Pico em 2018 (52); declínio de 71% até 2024; flutuações indicam subnotificação ou redução em denúncias de violência doméstica.

Idosos: Volátil, com pico em 2022 (51); média anual de 31 casos reflete envelhecimento populacional e vulnerabilidades como negligência.

Pessoas com Deficiência: Baixo volume (média 6/ano); aumento em 2023 (11) pode indicar maior visibilidade de violações contra esse grupo.

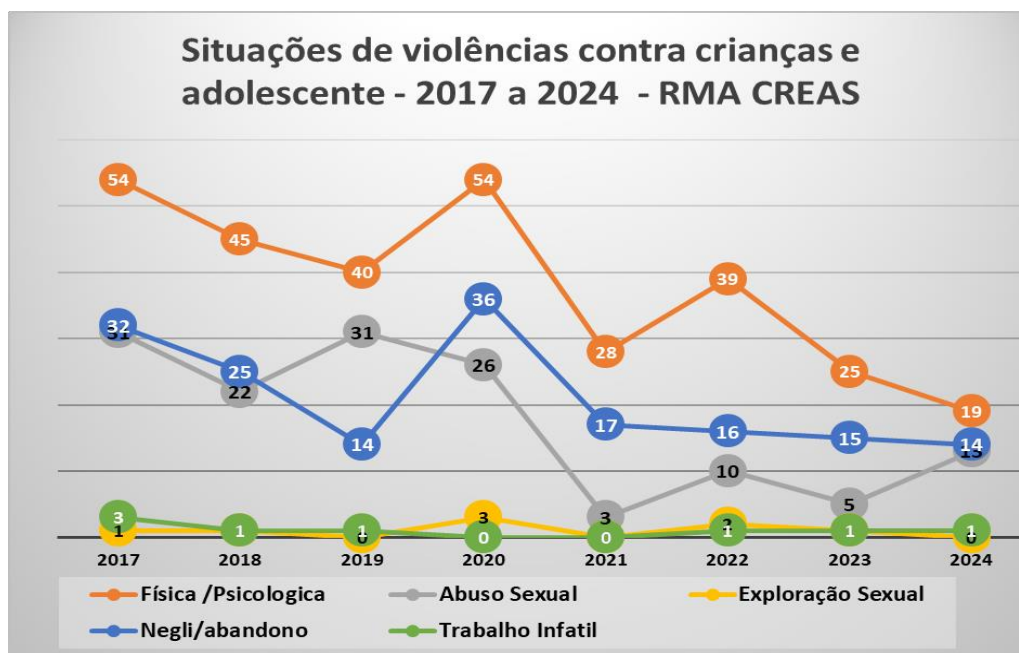
3 - Tipos de violências contra Crianças e adolescentes (CREAS/RMA)

Foco em crianças e adolescentes revela predomínio de violência física/psicológica e negligência/abandono. A tabela totaliza casos atendidos:

Total de Crianças e adolescentes em situações de violência ou violações – CREAS RMA/MDS								
Tipo de Violência	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Física /Psicológica	54	45	40	54	28	39	25	19
Abuso Sexual	31	22	31	26	3	10	5	13
Exploração Sexual	1	1	0	3	0	2	1	0
Negli/abandono	32	25	14	36	17	16	15	14
Trabalho Infantil	3	1	1	0	0	1	1	1
TOTAL	121	94	86	119	48	68	47	47

Fonte: https://paineis.mds.gov.br/public/extensions/Painel_RMA/CREAS.html

Percebe-se que violência física/psicológica domina consistentemente representando quase 50% das situações durante os 08 anos, seguido de negligencia e abandono com 26%, enquanto abuso sexual que apresentava números expressivos até 2021 apresentou uma queda, mas que ainda representa a 21% no período. Tipos de violência como exploração sexual e trabalho infantil) representam menos de 02% do total de identificações do CREAS.



4. Número detalhado de crianças e adolescentes em situações violência atendidas pelo CREAS

Situações de violência ou violações – Por crianças e adolescentes CREAS RMA/MDS																
Tipo de Violência	2017		2018		2019		2020		2021		2022		2023		2024	
	Cça	Adol	Cça	Adol	Cça	Adol	Cça	Adol	Cça	Adol	Cça	Adol	Cça	Adol	Cça	Adol
Física /Psicológica	31	23	25	20	15	25	45	9	24	4	25	14	20	5	13	6
Abuso Sexual	18	13	12	10	13	18	20	6	3	0	9	1	3	2	7	6
Exploração Sexual	0	1	0	1	0	0	1	2	0	0	0	2	0	1	0	0
Negligencia /abandono	20	12	14	11	6	8	28	8	15	2	13	3	14	1	13	1
Trabalho Infantil	2	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1

Fonte: https://paineis.mds.gov.br/public/extensions/Painel_RMA/CREAS.html

A tabela acima mostra que crianças sofrem mais em todos os tipos de violência, superando todos os anos principalmente em violência física/psicológica onde crianças corresponderam 65% das vítimas, e no tipo de violência negligência/abandono superaram em quase 72%. Referente a Abuso sexual afeta ambos, mas com leve predomínio em crianças de 55%. Gráfico aponta para declínio para tipos de violência em crianças/adolescentes (2017-2024), se apresentando um comportamento diferente das informações apresentadas pelo SINAN Sistema de Informação de Agravos de Notificação, que será abordado mais adiante. Essa desagregação é crucial para intervenções territoriais, mas limitada pela qualidade dos registros.

5. Disparidade nos Registros: Prontuário IDS-SOCIAL vs. RMA/CREAS.

Analisando as informações do Prontuário IDS-SOCIAL, observou-se que houveram registros de atendimentos muito inferiores ao RMA, com nulos em 2023 para vários tipos (ex.: abuso sexual de 17 em 2017 para 0 em 2023-2024). Total em 2017: 67 casos; em 2024: apenas 2. Isso indica falha na alimentação do sistema local pela equipe CREAS, levando a discrepâncias (ex.: RMA reporta 47 casos em 2024 para crianças/adolescentes, vs. 2 no IDS). Essa subnotificação compromete o diagnóstico territorial, sugerindo necessidade de treinamento e integração de sistemas para evitar perda de dados históricos e melhorar o rastreamento de riscos.

Especificamente, a falta de lançamento dos atendimentos no prontuário sistema IDS-SOCIAL dificulta a identificação dos tipos de violência por territórios no município, pois esse sistema municipal é essencial para registrar informações georreferenciadas, como endereços ou bairros, permitindo mapear áreas com maior incidência de violência.

Número de atendimentos de crianças e adolescentes de lançados no Prontuario Informatizado IDS-SOCIAL

Crianças e adolescentes em situações de violência ou violações – Prontuário Social - IDS								
ANO	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Abuso/violência sexual	17	03	02	03	01	01	00	00
Exploração sexual	00	00	00	00	00	01	00	00
Negligencia	10	06	00	02	00	00	00	00
Física	19	06	00	02	00	01	00	01
Psicológica	18	06	00	02	00	03	00	00
Patrimonial	01	00	00	00	00	00	00	01
Trajetória de Rua	01	00	00	00	00	00	00	00
Outros	01	06	00	02	00	00	00	00

Fonte: Sistema Prontuário Social - IDS.

Uma das dificuldades observadas é que a equipe CREAS não tem lançado todos os registros de atendimentos realizados no Prontuário Informatizado da Secretaria municipal, SISTEMA IDS-SOCIAL, sendo discrepante os números que são informados no RMA (Registro Mensal de Atendimento) CREAS e os que deixaram de ser informados no referido, chegando a ser nulo em 2023.



Fonte: Sistema IDS – SOCIAL.

6. MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

As medidas socioeducativas são sanções aplicadas aos adolescentes com práticas de ato infracional e que estão previstas no Capítulo IV do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Dentre as medidas socioeducativas descritas no ECA apenas a de Liberdade Assistida (LA) e a de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) são de responsabilidade da Assistência Social. O público são Adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, ou jovens de 18 a 21 anos, em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), aplicada pela Justiça da Infância e da Juventude ou, na ausência desta, pela Vara Civil correspondente e suas famílias (MDS, 2009)

MEDIDA SOCIOEDUCATIVAS								
ANO	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
PSC	21	14	13	05	06	06	11	13
L.A	03	04	04	02	02	04	03	02
Total	24	18	17	07	08	10	14	15

Fonte: paineis.mds.gov.br/public/extensions/Painel_RMA/CREAS.html

7. Notificações de violência no SINAN (2017-2014)

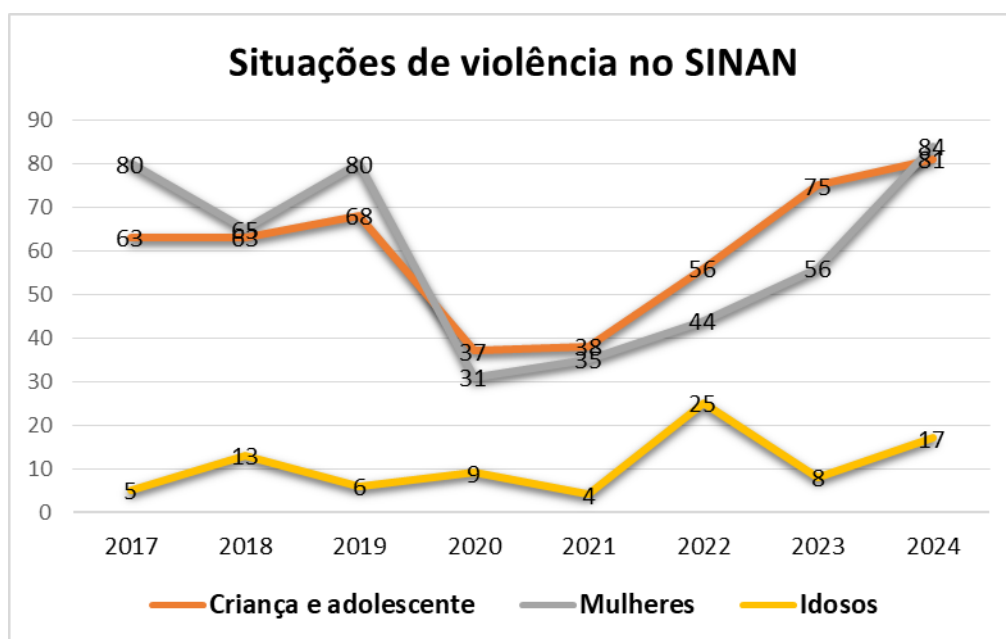
Desde 2011 Todas as violências passaram a fazer parte da Lista Nacional das Doenças e Agravos de Notificação Compulsória no Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan que é alimentado, principalmente, pela notificação e investigação de casos de doenças e violências que constam da referida lista.

A notificação dos casos suspeitos e confirmados de violência é obrigatória/compulsória a todos os profissionais de saúde de instituições públicas ou privadas. Profissionais de outros setores, como educação, assistência social, saúde indígena, conselhos tutelares, centros especializados de atendimento à mulher, entre outros, também podem realizar a notificação.

O SINAN captura notificações compulsórias de violência, mostrando volumes superiores ao CREAS, indicando que nem todos os casos chegam à assistência social.

Situações de violência ou violações no SINAN								
Segmento	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Criança e adolescente	63	63	68	37	38	56	75	81
Mulheres	80	65	80	31	35	44	56	84
Idosos	5	13	6	9	4	25	8	17
TOTAL	148	141	154	77	77	125	139	182

Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinannet/cnv/violepr.def>



Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinannet/cnv/violepr.def>

Total de Notificações: 1.043 casos em 8 anos, com média anual de 130,38. O pico ocorreu em 2024 (182 casos), e o menor registro em 2020-2021 (77 casos), possivelmente devido à subnotificação durante a pandemia de Covid-19, que limitou acesso a serviços de saúde e denúncias.

DISTRIBUIÇÃO POR SEGMENTO:

Crianças e Adolescentes: 46,1% do total (481 casos), com aumento de 28,6% entre 2017 (63) e 2024 (81). O pico foi em 2024, e a queda em 2020 (37) reflete impactos pandêmicos.

Mulheres: 45,5% do total (475 casos), com variação significativa (pico de 84 em 2024, queda para 31 em 2020). O aumento recente sugere maior sensibilização e as mulheres estão procurando denunciar ou é a expressão da violência crescente.

Idosos: 8,3% do total (87 casos), com média anual baixa (10,88), mas picos em 2022 (25) e 2024 (17), indicando vulnerabilidades pontuais.

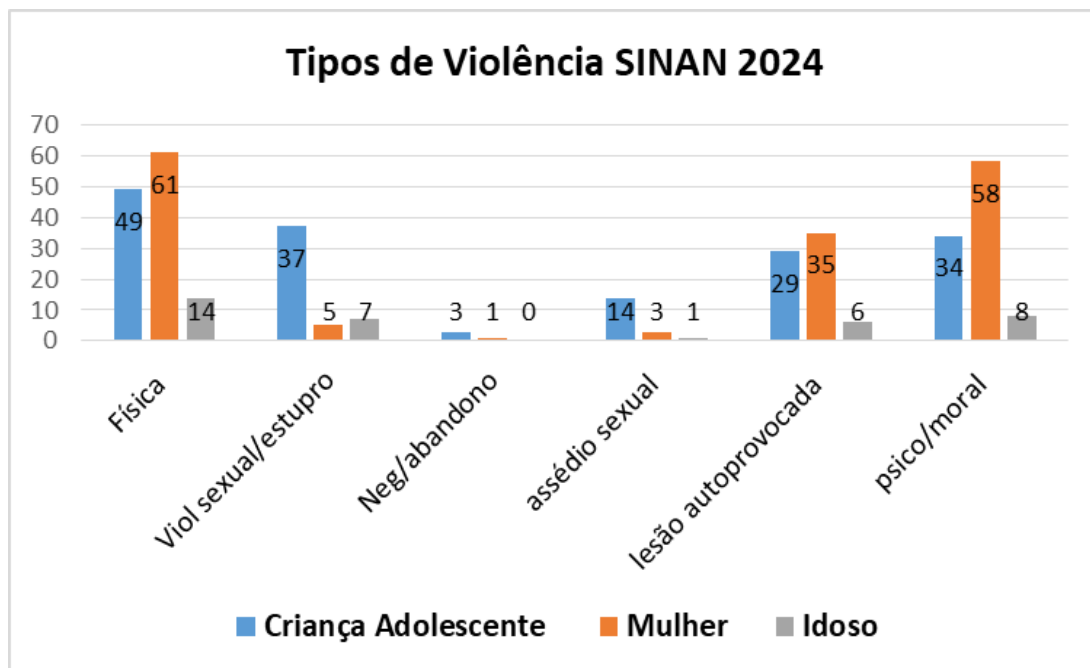
Variação Anual:

2017-2019: Estabilidade (141-154 casos), com predominância de mulheres (média 75 casos/ano) e crianças/adolescentes (64,7 casos/ano).

2020-2021: Queda acentuada (77 casos), atribuída a subnotificação durante isolamento social (redução de 50% em relação a 2019).

2022-2024: Crescimento progressivo (125 a 182 casos), com aumento de 136,4% entre 2020 e 2024, refletindo maior notificação ou agravamento de vulnerabilidades pós-pandemia.

Os dados do SINAN mostram aumento de notificações de violência em Laranjeiras do Sul (de 77 em 2020 para 182 em 2024), com predominância de casos contra crianças/adolescentes (46,1%) e mulheres (45,5%). A subnotificação pandêmica agravaram o cenário.



Crianças e Adolescentes: dos 81 casos de violência identificados pelo SISNAN, houve predominância de violência física e sexual/estupro contra crianças e adolescente. Já em terceiro lugar se apresentou psicológica/moral possivelmente ligados a violência física e sexual sofrida, ressalta o número de lesão autoprovocada o que sugerem uma necessidade de acompanhamento psicológico, que podem ter vários indícios como bullying, ou adoecimento mental. Constata-se o baixo número de negligência/abandono.

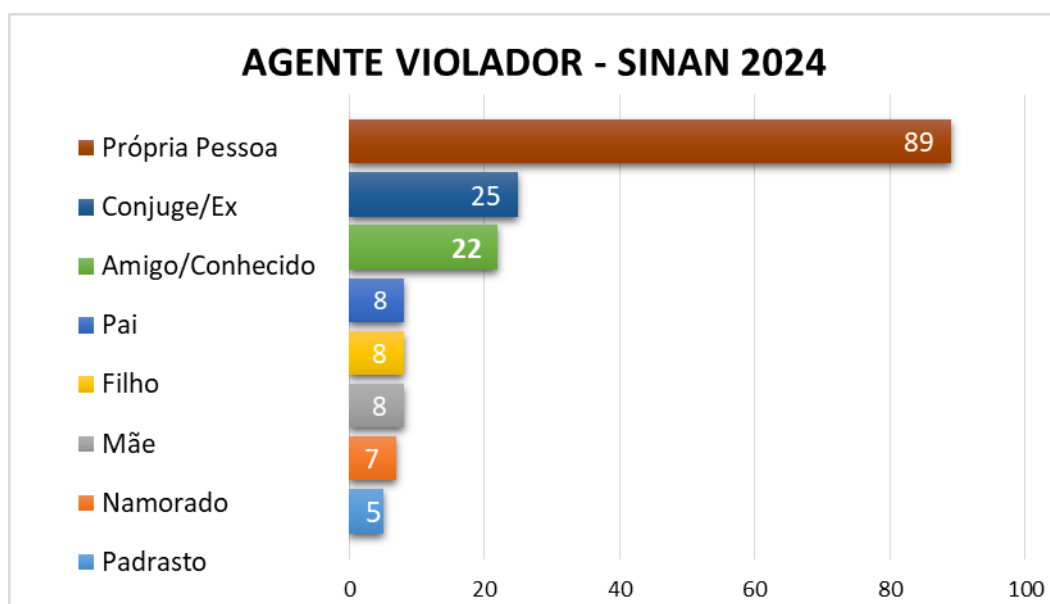
Mulheres: dos 84 casos de violência identificados contra mulheres adultas, destacam-se a violência física e psicológica/moral, típicas de violência doméstica. Lesão autoprovocada é a terceira com mais identificação, o que aponta para saúde mental pode estar sendo afetada pela incidência da violência física e prejudicando influenciando a violência psicológica. Já a violência sexual/estupro foi de baixa incidência comparada com crianças e adolescentes, mas potencial subnotificação.

Idosos: dos 17 casos de violência contra idosos em 2024 a maior incidência ficou com violência física e psicológica, logo seguido por violência sexual/estupro, superando ate mesmo contra mulheres adultas, refletindo negligência em envelhecimento populacional (11,4% da população).

Conforme os dados, percebe-se que a VIOLÊNCIA FÍSICA foi predominante em ambos os segmentos apresentados, assim como psicológica/moral, sendo o público mais afetado mulheres adultas. Referente a LESÃO AUTOPROVOCADA também se identifica, alta em mulheres e crianças (41,4%), sinalizando demandas para saúde mental com a alta incidência de autolesão, alinhada ao ciclo da violência: vítimas internalizam agressão externa, levando a comportamentos autodestrutivos. Referente a violência SEXUAL/ESTUPRO, se mostra concentrada em crianças e adolescentes assim como ASSÉDIO SEXUAL majoritariamente contra crianças e adolescentes, revelando a necessidade de maior planejamento em políticas de prevenção e a necessidade de identificação de localidades de maior incidência. Já NEGLIGÊNCIA/ABANDONO: foi baixa, com incidência em idosos e 01 crianças.

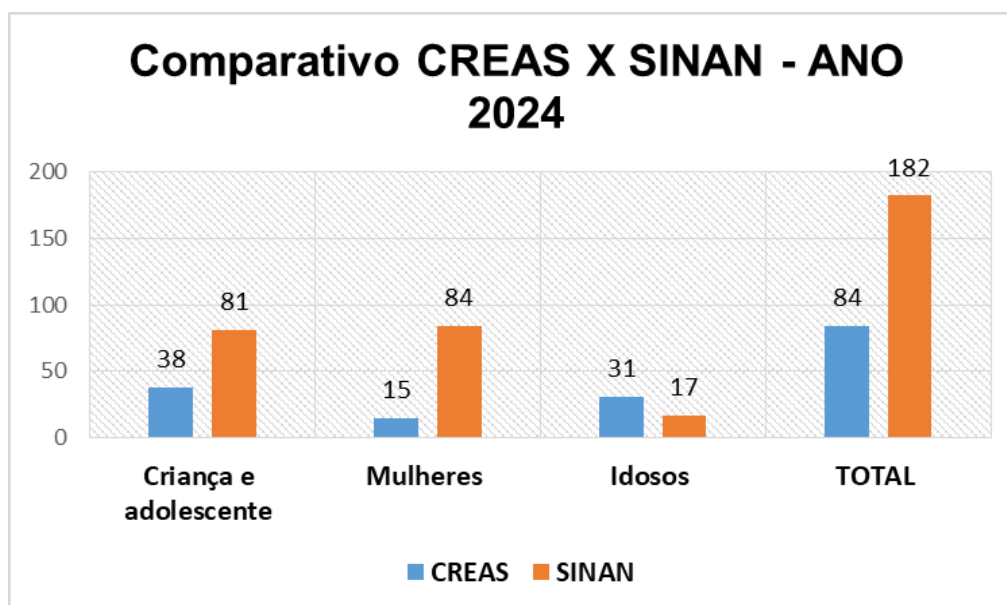
Autores da violência identificados no SINAN

Conforme dados do SINAN/2024 que se torna importante para a compreensão do fenômeno da violência é o conhecimento do provável autor da agressão. A violência interpessoal pode acontecer entre membros da família, parceiros íntimos, amigos, conhecidos e desconhecidos, ou seja, ocorre com a existência ou não de consanguinidade.



Fonte: Sinan/2024

Este gráfico revela o alto índice de "Própria Pessoa", ou seja, a autolesão como uma violência internalizada, onde vítimas, especialmente mulheres e adolescentes, reproduzem agressão externa de forma autoprovocada, conforme o ciclo da violência que também possam sofrer psicologicamente. Também se identifica a predominância intrafamiliar (Cônjuge, pai, filho, mãe) expondo a necessidade do acompanhamento familiar pela política de proteção social especial. Esses enfoques destacam como a violência é um produto social, reforçado por desigualdades de gênero, classe e família no Brasil, onde leis como a Maria da Penha (Lei 11.340/2006) buscam romper esses padrões, mas enfrentam desafios na implementação local.



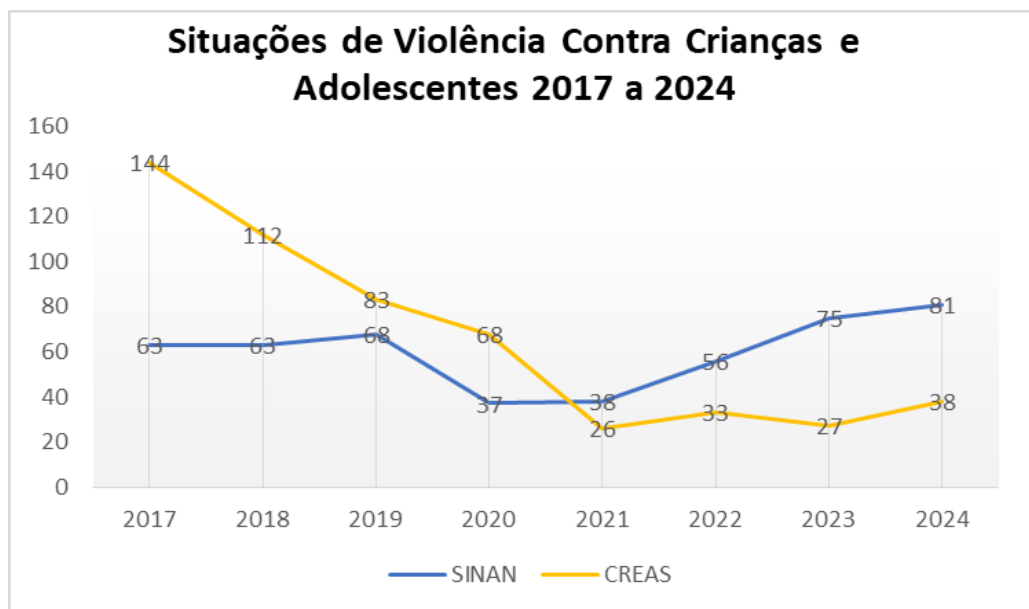
Fonte: SINAN e RMA CREAS

Os dados indicam declínio em atendimentos CREAS, mas aumento de notificações no SINAN, sugerindo subnotificação e necessidade de integração entre sistemas. A falta de registros no IDS-SOCIAL agrava isso, impedindo análises territoriais precisas para alocar recursos em áreas de maior risco. Prioridades: capacitar equipes para registros completos e georreferenciados; expandir PSE para crianças/adolescentes e mulheres, focando física/psicológica e moral conforme identificado na tabela tipos de violência SINAN;

Detalhamento das situações de violência SINAN X CREAS

Esta análise técnica comparativa focada nos dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) e do RMA do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) para os segmentos Crianças e Adolescentes, Mulheres e Idosos, no período de 2017 a 2024.

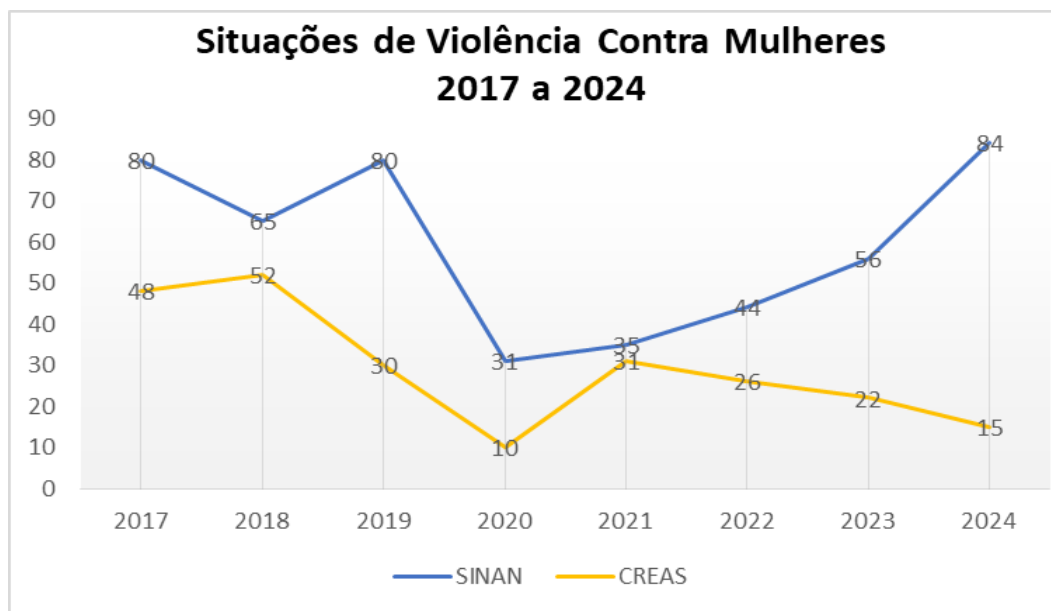
Análise Comparativa para Crianças e Adolescentes (2017-2024)



Fonte : SINAN DATASUS e RMA CREAS

Os dados mostram inversão de tendências: CREAS inicia com volumes superiores, mas SINAN cresce pós-2021, enquanto CREAS declina, chegando a menos da metade dos atendimentos identificados pelo SINAN. Uma situação preocupante haja visto o gráfico de tipos de violência registrados no SINAN forma a violência física, abuso e assédio sexual, foco principal dos serviços do CREAS que deixaram de serem atendidos.

Análise Comparativa para Mulheres Vítimas de Violência (2017-2024)

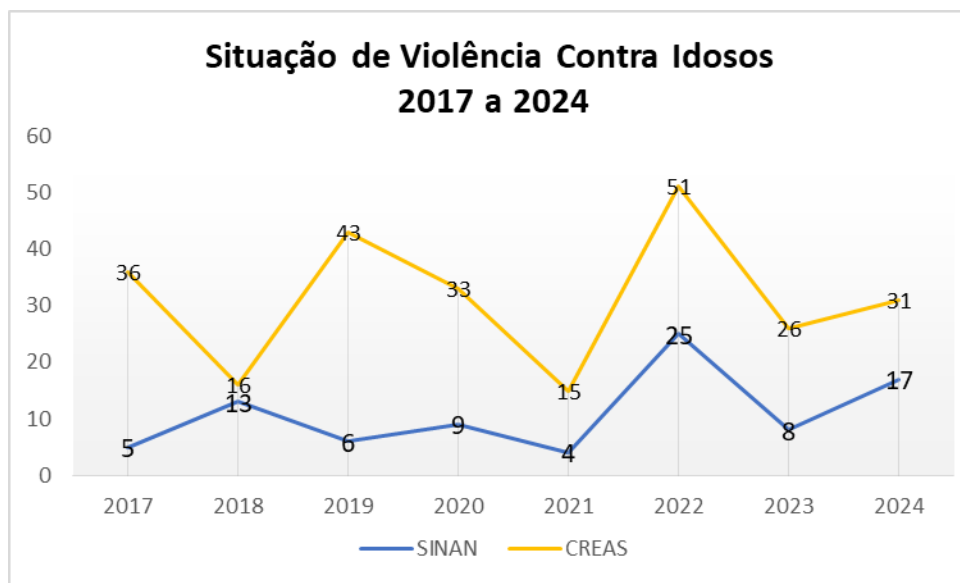


Fonte : SINAN DATASUS e RMA CREAS

Por meio deste gráfico é possível perceber que a partir de 2021 as linhas seguem direções opostas referentes ao atendimento a mulheres vítimas de violência, chegando no ano de 2024 o atendimento no CREAS ser de apenas 15% do total. Isso revela uma grande falha no acompanhamento de proteção social a esse público, sabendo que a maioria das vítimas foram de violência física, psicológica e moral, conforme visto anteriormente.

Análise Comparativa para Idosos Vítimas de Violência (2017-2024).

Nesta análise foi o segmento que apresentou maior atendimento pelo CREAS, chegando a quase 75% dos atendimentos totais do período de 08 anos (251 atendimentos).



Fonte : SINAN DATASUS e RMA CREAS

As duas linhas do gráfico exibem uma tendência semelhante durante o período a partir de 2020, indicando um padrão comportamental alinhado entre as séries. No entanto, os valores absolutos das duas linhas diferem consistentemente, com volume maior de atendimentos para o CREAS, talvez pode ser interpretado pela incidência das violências estarem restritas mais a relações interpessoais sem agravamento de saúde.

**DIAGNÓSTICO DAS ÁREAS URBANAS DO MUNICÍPIO QUE CONTÉM
MORADIAS IRREGULARES EM ÁREAS DE RISCO OU DE PRESERVAÇÃO
PERMANENTE.**

Por meio do Relatório Técnico Participativo de setembro de 2024, elaborado pelo Instituto Água e Terra (IAT), o Município de Laranjeiras do Sul e a SANEPAR para atender a uma determinação judicial em uma Ação Civil Pública, foi possível diagnosticar as irregularidades urbanísticas e ambientais e de moradia, especialmente edificações precárias, sujeitas a risco de alagamento e desmoronamento no município, que incluem a ocupação de Áreas de Preservação Permanente (APP) e zonas de risco geotécnico.

As informações que assim se apresentam foram retiradas do referido relatório, que detalha o mapeamento de áreas com ocupações em APP e identifica áreas que exigem realocação devido a riscos de deslizamento e inundações, focando também no mapeamento de vulnerabilidade social das famílias afetadas.

Para o diagnóstico, a Prefeitura definiu ocupações irregulares como domicílios sem as devidas documentações de propriedade do lote e edificações, como a matrícula.

1. Áreas com Precariedade Habitacional e Ocupações em APP

O levantamento do Instituto Água e Terra (IAT) identificou 28 áreas no perímetro urbano de Laranjeiras do Sul com ocupações em Áreas de Preservação Permanente (APP) de cursos hídricos e nascentes.

Dentre essas 28 áreas, sete (7) foram identificadas com ocorrência de ocupações irregulares perante a municipalidade e, conseqüentemente, com maior concentração de famílias em situação de vulnerabilidade social de baixa renda (CadÚnico e PBF).

As áreas com ocupações irregulares em APP e número de ocupações levantadas são:

LOCALIDADE	QUANTIDADE DE OCUPAÇÕES IRREGULARES	Nº DE PESSOAS
CORDEIRO	4 ocupações	Não Identificado
SÃO FRANCISCO	11 ocupações	27
SÃO MIGUEL	9 ocupações	25
SÃO MIGUEL / PEDREIRA	40 ocupações	110
JOÃO FERNANDES	63 ocupações	167
MONTE CASTELO	34 ocupações	90

Destaques de Precariedade e Vulnerabilidade Social nessas Áreas.

A precariedade habitacional é frequentemente associada à vulnerabilidade social e à exposição a riscos conforme se verifica abaixo.

São Miguel : 09 ocupações se caracterizam por ocupações irregulares desde 2012, com habitações precárias e carência de serviços públicos essenciais, como Energia Elétrica e Abastecimento de Água para a totalidade dos 25 moradores em vulnerabilidade social. Cerca de 67% das famílias estão em situação de extrema pobreza (renda per capita mensal até R\$ 218,00).

São Miguel / Pedreira: É uma ocupação irregular muito antiga, de difícil acesso, com habitações precárias. O local tem diversas ocorrências de inundações e destinação irregular do lixo no córrego, apesar da coleta regular. Cerca de 57% das 40 famílias estão em extrema pobreza.

João Fernandes: Possui algumas habitações precárias, com ocorrências de inundações e destinação irregular de lixo no córrego. Na Rua Maringá (dentro desta área), 63% das famílias estão na faixa de extrema pobreza.

Monte Castelo: Apresenta residências precárias e diversas ocorrências de inundações nas margens do córrego/rio, sendo considerado um problema crônico. Na Rua Vicente Lourenço Ruths, 61% das famílias vivem com renda per capita mensal de até R\$ 218,00.

São Francisco: Envolvem 11 famílias com moradias irregulares, sendo que 36% delas estariam em situação de extrema pobreza (sem o PBF). Com relação à quantidade de pessoas, há 27 indivíduos dentro dos limites delineados, entre às 11 famílias, sendo a média igual a 2,45 indivíduos por núcleo, enquanto que a moda é de 2 pessoas por domicílio.

2. Demais Áreas de Risco Crítico.

O diagnóstico se concentrou em identificar áreas de risco (físico, ambiental, de desmoronamento, inundação, etc.) no bairro Água Verde que não comportam eliminação, correção ou administração do risco.

O Morro Santo Antônio de Pádua e o fundo de vale são os principais pontos de risco identificados no bairro Água Verde.

Risco de Escorregamentos de Encosta/Rolamento de Blocos (Inabitáveis)

Foi identificada uma área crítica de risco associada a escorregamentos/rolamento de blocos no bairro Água Verde que, a princípio, não comporta eliminação, correção ou administração do risco.

Morro Santo Antônio de Pádua: As edificações existentes junto à Rua Belo Horizonte, entre o nº 299 e nº 616, caracterizam-se por uma linha de residências de padrão construtivo precário. Os fundos dessas casas estão voltados diretamente para a vertente íngreme, e algumas edificações já apresentam indícios estruturais de movimentação. O local possui histórico de movimentos de massa.

Vulnerabilidade Social (Morro Santo Antônio de Pádua): 57% das famílias residentes nesta área possuem renda per capita de até R\$ 218,00 (extrema pobreza).

Além disso, uma área no entorno do **Morro da Cruz**, próximo ao limite do bairro Água Verde (Rua Barão do Rio Branco nº 1500, aproximadamente), demanda uma avaliação geotécnica detalhada para determinar se os moradores podem permanecer no local.

3. Risco Associado a Alagamentos e Risco Geológico-Geotécnico no Fundo de Vale (Edificações Críticas)

Embora o bairro Água Verde não seja historicamente atingido por enchentes/inundações conforme mapas antigos, a vistoria em campo revelou a ocorrência de alagamentos em um fundo de vale, devido principalmente a um sistema de drenagem pluvial mal dimensionado onde um curso hídrico foi tubulado.

No trecho onde o leito do curso hídrico permanece aberto, foram identificadas quatro (4) edificações em situação crítica que, inicialmente, não comportam eliminação, correção ou administração do risco.

Nesses casos, o risco é de caráter principalmente geológico-geotécnico, associado à desestabilização dos taludes marginais, com potencial de atingimento/desestabilização das estruturas adjacentes, e eventual risco de inundação pela proximidade do leito hídrico.